

ESPAÇO BRASILEIRO E DINÂMICAS TERRITORIAIS
RECENTES

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Renato Janine Ribeiro

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
DIRETOR DO CAMPUS CEDETEG: Juliano Tadeu Vilela de Resende
VICE-DIRETORA DO CAMPUS CEDETEG: Sonia Maria Kurchaidt
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP: Marcos Ventura Faria
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS/GUARAPUAVA

DIRETOR: Jorge Luiz Favaro
VICE-DIRETOR: Luiz Gilbereto Bertotti

CHEFIA DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/GUARAPUAVA

CHEFE: Sérgio Fajardo
VICE-CHEFE: Sandra Lucia Videira Góis

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PESQUISA NA
CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

COORDENADOR DO CURSO: Lisandro Pezzi Schmidt
COORDENADOR DE TUTORIA: Aparecido Ribeiro de Andrade

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Klevi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

CLAYTON LUIZ DA SILVA
MARIO ZASSO MARIN

ESPAÇO BRASILEIRO E
DINÂMICAS TERRITORIAIS
RECENTES

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Daniela Leonhardt
Maria Cleci Venturini
Soely Bettes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Luiz Fernando Santos

CAPA
Espencer Ávila Gandra

GRÁFICA UNICENTRO
180 exemplares

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE TÉCNICA E ESPAÇO GEOGRÁFICO	09
A URBANIZAÇÃO E A HISTÓRIA TERRITORIAL BRASILEIRA	29
ORIGENS E NATUREZA DA GLOBALIZAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DAS MODERNIZAÇÕES SOCIOESPACIAIS	47
GLOBALIZAÇÃO: REVOLUÇÃO INFORMACIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO USO DO TERRITÓRIO	57
REFERÊNCIAS	71

APRESENTAÇÃO

Discutir a importância que as inovações tecnológicas possuem, em cada etapa do capitalismo, é uma tarefa importante para o entendimento das bases do atual período histórico. No espaço pode ser constatada a presença de elementos de diversas épocas, cabendo à Geografia ler e interpretá-los, a fim de traduzir o mundo. Na escola, os discentes têm de ser estimulados a fazer tal exercício, recorrendo às metodologias próprias do trabalho escolar, empregando o conhecimento teórico e prático adquirido na busca do entendimento das variadas temáticas tão presentes no seu cotidiano.

Nesse sentido, cabe ao professor propor formas de aprendizado em que os estudantes percebam a necessidade da história como um meio de conferir mais rigor àquilo que se propõe conhecer. Dentre as temáticas mais presentes no ensino escolar, talvez a globalização tenha sido um dos mais recorrentes quando nos referimos à Geografia. Entender sua gênese, seus elementos constituintes bem como seus agentes aparece como uma importante tarefa para a tradução do mundo que rodeia o estudante do ensino básico. As sucessivas etapas das transformações tecnológicas e dos modos de produzir a existência humana são fundamentais para a compreensão do atual período histórico, marcado pela presença massiva da circulação e da informação.

Nas cidades estão presentes os novos nexos que ligam diferentes pontos do globo, e que constituem elementos significativos na organização da vida dos lugares e das pessoas, numa realidade que chega a todos, embora não afete a todos da mesma forma. A globalização econômica em curso organiza

os lugares, mas não sem desorganizar histórias pretéritas. Trata-se de um movimento dialético no qual organização e desorganização andam juntas e se tornam concretas nos lugares, cabendo ao geógrafo a tarefa de interpretar, à luz de sua teoria, o funcionamento do mundo. Esse é o convite aqui feito, que os estudantes sejam estimulados a pensar sobre o mundo a partir dos lugares, observando como neles as possibilidades hoje existentes são ou não realizadas.

Neste livro, procurar-se-á analisar atividades econômicas presentes no espaço brasileiro e paranaense, discutindo como elas são resultado das possibilidades técnicas do atual período, ao mesmo tempo em que também resultam das escolhas políticas, com destacado papel que possuem as empresas nacionais e estrangeiras no processo de modernização do território brasileiro e paranaense.

Nas páginas que seguem, objetiva-se refletir acerca dos processos geradores das diversas formas espaciais presentes no espaço nacional, destacando também o papel do Estado enquanto agente ordenador e produtor do espaço, aliado a interesses privados e empresariais.

Colocadas essas observações preliminares, esperamos que os leitores e professores aceitem nosso convite para, com criatividade e espírito crítico, a reflexão de algumas temáticas importantes referidas à formação socioespacial brasileira ao longo da história, leitura de algumas das nossas manifestações artísticas e culturais, fruto dessa hibridização acima exposta, contribuindo para a ampliação das temáticas e práticas a serem acionadas por educadores na construção de sua prática pedagógica.

Boa leitura!



A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE TÉCNICA E ESPAÇO GEOGRÁFICO

O estudo da técnica sempre foi fundamental para a análise espacial, embora poucas vezes ele receba a verdadeira atenção que mereça. Distintamente da natureza, o espaço geográfico requer manutenção exatamente por estar “povoado” por objetos técnicos, de diversas idades e responsáveis por distintas funções sociais. Aprender a ler e interpretar o espaço implica verificar que, quando estudada a relação entre a técnica e o espaço, facilmente nota-se que a história humana tem nos legado uma paisagem onde a presença da técnica é desigual nos distintos lugares do globo ou no interior de um território nacional. Assim, hoje facilmente pode ser percebida a distribuição seletiva dos sistemas técnicos, ao mesmo tempo em que convivem numa mesma porção do espaço subsistemas técnicos de diferentes idades, bem como elementos técnicos provenientes de diferentes épocas. Isso é válido tanto para o campo quanto para a cidade. Estimular os estudantes da educação básica para a verificação dessa realidade é um caminho a ser percorrido, permitindo que eles possam criar, a partir dessa leitura, das paisagens formas de interpretação da realidade que os rodeia.

FIGURA 1: REPRESENTAÇÃO DE CENA DE VIDA COTIDIANA EM TÚMULOS (TUMBA DE SENNEJEM E DE SUA ESPOSA).



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://MESTRESDAHISTORIA.BLOGSPOT.COM.BR/2012/06/ROTEIRO-DE-ESTUDO-CIVILIZACAO-EGIPCIA.HTML](http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/2012/06/roteiro-de-estudo-civilizacao-egipcia.html)>. ACESSO EM: 06 MAIO 2015.

FIGURA 2: COLHEITA DA UVA NO EGITO ANTIGO.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.FASCINIOEGITO.SH06.COM/AGRICOL2.HTM](http://www.fascinioegito.sh06.com/agricol2.htm)>. ACESSO EM: 06 MAIO 2015.

Uma forma de perceber a importância da técnica para os estudos geográficos é verificar como historicamente os grupos humanos resolveram problemas básicos para a manutenção da vida de forma coletiva e sedentária num dado lugar. As discussões sobre as Civilizações antigas vão nessa direção,

sendo exemplos as denominadas *civilizações de regadio*, cujos exemplos mais lembrados pela história ensinada nas escolas são aqueles que floresceram nas margens do rio Nilo, cujas nascentes estão na África Equatorial, cortando grandes extensões desérticas até sua foz, no mar Mediterrâneo. Ali se desenvolveu a Civilização Egípcia, responsável por grandes inventos ligados ao controle das águas, “domando” a crescente fértil. Todos os anos as cheias do rio Nilo, controladas através de complexos sistemas hidráulicos, permitiram ampliar áreas de plantio em suas margens, bem como o desenvolvimento de tecnologias ligadas ao uso da força hidráulica (rodas d’água, barragens, canais, etc.). O desenvolvimento de cidades, bem como a especialização da divisão do trabalho (engenheiros, astrônomos, entre outros postos de trabalho), foi obra dos egípcios, mas não exclusivamente. Outros exemplos de civilizações ligadas ao controle das crescentes férteis se deram ao longo dos vales dos rios Ganges (Civilização Hindu, na Índia) e Huang He ou rio Amarelo (Civilização Chinesa, na China). Por outro lado, cabe uma crítica à visão (ocidental) de mundo ensinada nas escolas, que muito pouco aborda as civilizações pré-colombianas (Maias, Incas e Astecas), não chegando nem mesmo a citar as civilizações pré-cabralianas (Marajoara, Tupi-Guarani, Kaingang, entre tantas outras esquecidas em sala de aula). Não é objetivo aqui esmiuçar cada uma delas, mas mencionar que conhecer um pouco sobre essas civilizações permite compreender mais a respeito da história humana, a partir dos diversos sistemas técnicos empregados para o controle da natureza.

FIGURA 3: CHARRUA, INSTRUMENTO DE ARAÇÃO USADO NA AGRICULTURA DO EGITO ANTIGO.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.FASCINIOEGITO.SH06.COM/AGRICOLA.HTM](http://www.fascinioegito.sh06.com/agricola.htm)>. ACESSO EM: 06 MAIO 2015.

FIGURA 4: SALA HIPOSTILA DO TEMPLO FUNERÁRIO DE RAMSÉS II (1290 A.C. A 1224 A.C.), EM TEBAS. NA FRENTE DELA ERGUEM-SE QUATRO COLOSSOS, COM NOVE METROS DE ALTURA CADA, QUE REPRESENTAM OSÍRIS.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.FASCINIOEGITO.SH06.COM/ARTESEOF.HTM](http://www.fascinioegito.sh06.com/arteseof.htm)>. ACESSO EM: 06 MAIO 2015.

FIGURA 5: HARPA EGÍPCIA.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.FASCINIOEGITO.SH06.COM/BANQUETE.HTM](http://www.fascinioegito.sh06.com/banquete.htm)>. ACESSO EM: 06 MAIO 2015

-Segundo Santos (1999), o estudo da evolução técnica é fundamental para que se entenda como em diferentes épocas o espaço foi sendo moldado para atender aos interesses sociais. Santos (1999) afirma que para cada período técnico da história há um correspondente meio técnico, chamando a atenção para a necessidade de ser mais valorizada nos estudos geográficos a relação entre técnica e território: “Um inventário dos estudos empreendidos sobre a técnica deixa ver que esse fenômeno é frequentemente analisado como se a técnica não fosse parte do território, um elemento de sua constituição e da sua transformação.” (SANTOS, 1999, p.16). Segundo esse autor, o período pós-revolução industrial nos legou um conjunto de novas possibilidades técnicas que foram sendo aderidas ao território. Tais técnicas não eram mais baseadas no trabalho do artesão, mas carregadas cada vez mais de Ciência, devendo a ela sua razão de ser e de funcionamento.

FIGURA 6: RIO NILO E SUAS MARGENS MARCADAS PELA PAISAGEM DESÉRTICA.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:RIO_NILO-ASWAN-2007.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_Nilo-Aswan-2007.JPG)>. ACESSO EM: 06 MAIO 2015.

Para discutirmos a problemática da relação entre o homem e a natureza, é fundamental compreender que, ao longo da história humana, ocorreu a substituição de um meio natural por um meio carregado de objetos técnicos, segundo intensidades e especificidades culturais, políticas e econômicas, presentes no arranjo entre cada lugar e os sistemas técnicos que ali são superpostos. Desse modo todas as sociedades que surgiram na história, cada uma a seu modo, incorporaram objetos técnicos ao meio natural. Esses objetos refletiam essas sociedades (sua cultura, sua política e sua economia) ao mesmo tempo em que eram os elementos pelos quais ela se reproduzia. Para cada sociedade, seja em escala regional ou local, verifica-se ainda a presença de objetos técnicos de diferentes épocas. O resultado disso é um espaço híbrido, formado por objetos técnicos de diferentes idades. Acerca disso afirma Santos

(1999, p.25): “Num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas”. Some-se a isso o fato de que, num mesmo talhão do espaço, também estão presentes distintos sujeitos, com seus projetos próprios, não poucas vezes em situação de conflito. Um exemplo disso no Brasil se dá quando comparamos a agricultura familiar em áreas de plantio de *commodities*. A falta de apoio para o plantio e para o escoamento da produção é um problema fundamental para que os pequenos agricultores possam manter sua forma de produção e fixação no campo.

O quadro a seguir apresenta a relação entre técnica, espaço e tempo, indicando como sua compreensão é fundamental para o estudo dos fenômenos espaciais:

QUADRO 1: RELAÇÃO ENTRE TÉCNICA, ESPAÇO E TEMPO

Técnica	Espaço	Tempo
Próteses que permitem amplificar o trabalho humano. Tais objetos técnicos primeiro foram prolongamentos do próprio corpo humano (enxada, charrua, foice, etc.) sendo posteriormente aderidos ao espaço (roda d’água, estradas, canais de irrigação, etc.)	O espaço respondeu em diferentes períodos às transformações técnicas resultantes da genialidade humana. Primeiro encontramos um meio geográfico pré-técnico , sem grandes alterações e onde prevaleciam as relações típicas da natureza, das quais o ser humano procurava fazer uso. Posteriormente, há a construção de um meio geográfico onde a técnica vai sendo gradativamente passando a ditar a forma como o espaço funciona. O renascimento comercial e a industrialização na Europa cria as bases para um novo meio, no qual os objetos técnicos contam com grande quantidade de Ciência na sua formulação e uso. Por fim, em meados do século XX, a informação também passa a ser um dado fundamental do funcionamento do espaço.	Definir os períodos técnicos é uma tarefa difícil, pois em cada parcela do planeta encontramos descompassos no processo de tecnificação do espaço. Mesmo dentro de um mesmo país o ritmo não é o mesmo, de modo que comparadas diferentes regiões é facilmente notada a diferença em termos da presença maior ou menor dos objetos técnicos mais modernos. De modo geral, pode-se propor os seguintes períodos técnicos para pensar a escala do mundo: Pré-técnico – desde que a humanidade se tornou sedentária, por volta de 10.000 anos atrás, até a consolidação das grandes civilizações da antiguidade, quando fica evidente a capacidade humana de produzir paisagens técnicas. Técnico – O período técnico é marcado pela presença das próteses humanas acopladas ao espaço, mas sua presença é desigual quando comparadas a diferentes parcelas do espaço. Tem início no século XVIII, com a primeira revolução industrial. Meio técnico-científico-informacional – Tem início a partir do pós-guerra, e sua afirmação, vai realmente dar-se nos anos de 1970.

FONTE: ORGANIZAÇÃO DOS AUTORES (2015).

Se durante milhares de anos o ser humano teve um conjunto limitado de possibilidades técnicas para modificação do espaço, moldando-o ao projeto de cada grupo social em diferentes lugares, o período industrialista da história trouxe um conjunto de mudanças significativas na forma como as pessoas se relacionam entre si e com o espaço. Prova disso é a revolução nos transportes, com o uso das máquinas a vapor, mas isso também fica evidente quando são observadas as transformações resultantes da formação do capitalismo industrial na Europa. A urbanização crescente, a industrialização, os sistemas de transportes, a vida urbana, são resultado de uma radical transformação social e científica. Um novo meio começa a se desenvolver num momento em que novas formas de organização do espaço passam a se dar em escala planetária, denominado por Santos (1999), de meio técnico-científico. Um novo sistema-mundo se inaugura, com novos poderes políticos e econômicos, representados pelos países imperiais, por exemplo, a Inglaterra com suas colônias.

Neste sentido, pode-se mencionar como a *história das tecnologias* deve ser articulada à *história territorial*, ou seja, como para um dado compartimento do espaço deve-se buscar localizar quais técnicas e em que momento são acopladas ao espaço, passando a ser sua razão de funcionamento. Para isso é fundamental a construção de periodizações, dentro das quais localizamos os eventos e as parcelas do espaço que são chamadas a acolher uma dada modernização.

TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS DO CAPITALISMO, CICLOS ECONÔMICOS E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Para compreender o capitalismo como modo de produção é fundamental observar a sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento tecnológico. Entende-se aqui como inovação a capacidade de gerar novas formas de produzir, com rebatimento no espaço, na forma de sua organização e constituição. A história territorial brasileira foi fortemente influenciada pelos ciclos de atividades econômicas organizados regionalmente, que permitiram a criação de cidades que posteriormente foram interligadas formando o mercado único nacional. Tais atividades envolveram a monocultura, a extração vegetal e mineral, entre outras, que permitiram a criação de rotas de comércio, exemplificadas na Estrada Real, caminho utilizado para trazer os metais preciosos das vilas e arraiais¹ que hoje configuram as cidades históricas de Minas Gerais. Nesse sentido, as diferentes atividades econômicas desenvolvidas no espaço do atual território brasileiro permitiram sua ocupação

1 Arraiais – Arraiais é uma denominação de um agrupamento de casas, sinônimo de lugarejo.

e o conhecimento de caminhos, de acidentes topográficos, de rios, etc. Para isso o conhecimento dos povos indígenas foi imprescindível, possibilitando, ainda, conhecer gêneros alimentares incorporados à dieta brasileira (mandioca, milho, amendoim, batata, entre muitas outras plantas utilizadas como alimentação ou remédio). O maior exemplo da contribuição indígena está na toponímia (nome dos lugares) que ainda hoje utilizamos.

De modo geral, baseados na proposição de Santos (1999 e 2001), podem-se definir, para o território brasileiro três grandes períodos, com um correspondente meio geográfico: um **meio pré-técnico**, marcado pelo conhecimento de terreno adquirido com os indígenas (incluindo caminhos, alimentos, a toponímia, utensílios, etc.), que gradativamente o português vai tomando para si, ao mesmo tempo em que modifica sua forma de vida para viver nos trópicos. Progressivamente o espaço do futuro território brasileiro, basicamente o litoral e ao longo dos rios (caso da bacia amazônica e do rio São Francisco, desde há muito tempo chamado de **Rio da Integração Nacional**) que permitiam certa penetração no interior da colônia, foi sendo ocupado por sucessivas e, às vezes, concomitantes atividades econômicas que possibilitaram a criação de vilas e arraiais. Essa incipiente tecnificação do espaço, principalmente ao longo dos séculos XVIII e XIX, vai permitir identificar em certas áreas a criação de um **meio técnico**. No entanto, até o final do século XIX, muito pouco do interior do espaço territorial brasileiro havia sido alterado.

É fundamentalmente no século XX, principalmente a partir do Estado Novo (1937-1945) e da Era Vargas (1930-1945) que o território vai ter alterada sua configuração, com a criação de um meio **técnico-científico** moldado em nossa modernização reflexa. Se, por um lado, ocorre a substituição de importações com a implantação de uma indústria de base, por outro, o surto (processo) de industrialização que ocorre não permite criar as condições de uma transformação urbana e industrial em escala nacional. É nesse sentido que Santos (2001) afirma a existência de uma **região concentrada** (englobando parte do sudoeste e a região sul do país), resultado desse processo. É nesse período que se aprofundam as desigualdades regionais, ou que, pelo menos, elas ficam mais evidentes, exemplificadas em áreas de atividades econômicas em crise, como no caso das regiões Norte e Nordeste, ao mesmo tempo em que o Centro-Oeste aparece como um novo espaço a ser ocupado, a despeito de sua ocupação já efetivada por indígenas, caboclos e posseiros.

O século XX é um momento em que a construção da unidade econômica e territorial brasileira coloca em evidência as contradições das ocupações já ocorridas ao longo de mais de 400 anos de contato entre **novo** e **velho mundo**. Após 1970, as possibilidades de uma nova divisão territorial do trabalho, baseada no uso das novas tecnologias da comunicação e informação (NTCI's), dá as bases para o aceleramento da urbanização, da mesma forma que estimula

a modernização da atividade agrícola, com rebatimento no êxodo rural. Tudo isso, aliado à ampliação do mercado interno, dá uma nova feição ao espaço brasileiro, permitindo falar na constituição de um **meio técnico-científico e informacional** (Quadro 2).

QUADRO 2: SUCESSÕES DE MEIOS (TÉCNICO, TÉCNICO-CIENTÍFICO E TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL) NO BRASIL

Meio “pré-técnico” e Técnico	Modernização capitalista recente	
	Meio técnico-científico 1930	Meio técnico-científico-informacional 1970
<p>Séculos XVI/XVIII: Extrativismo (metais preciosos, pau-brasil, drogas do sertão); - aproveitamento da rede fluvial para navegação; - aproveitamento dos caminhos indígenas; - Uso da mão de obra indígena, posteriormente da negro-africana; - Criação de caminhos e rotas de comércio, com consequente criação de vilas e arraiais;</p> <p>Século XIX: - Monoculturas (cana-de-açúcar, algodão, cacau);</p> <p>Século XIX/XX: - Monocultura do café; - Estradas de ferro;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estado Novo; - Política de substituição de importações; - Marcha para o Oeste; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aceleração da urbanização brasileira; - Êxodo Rural; - Ampliação da rede de estradas de rodagem; - Incentivo à industrialização, principalmente no sudeste e sul do país; - Modernização conservadora da agricultura do Centro-Sul do Brasil.

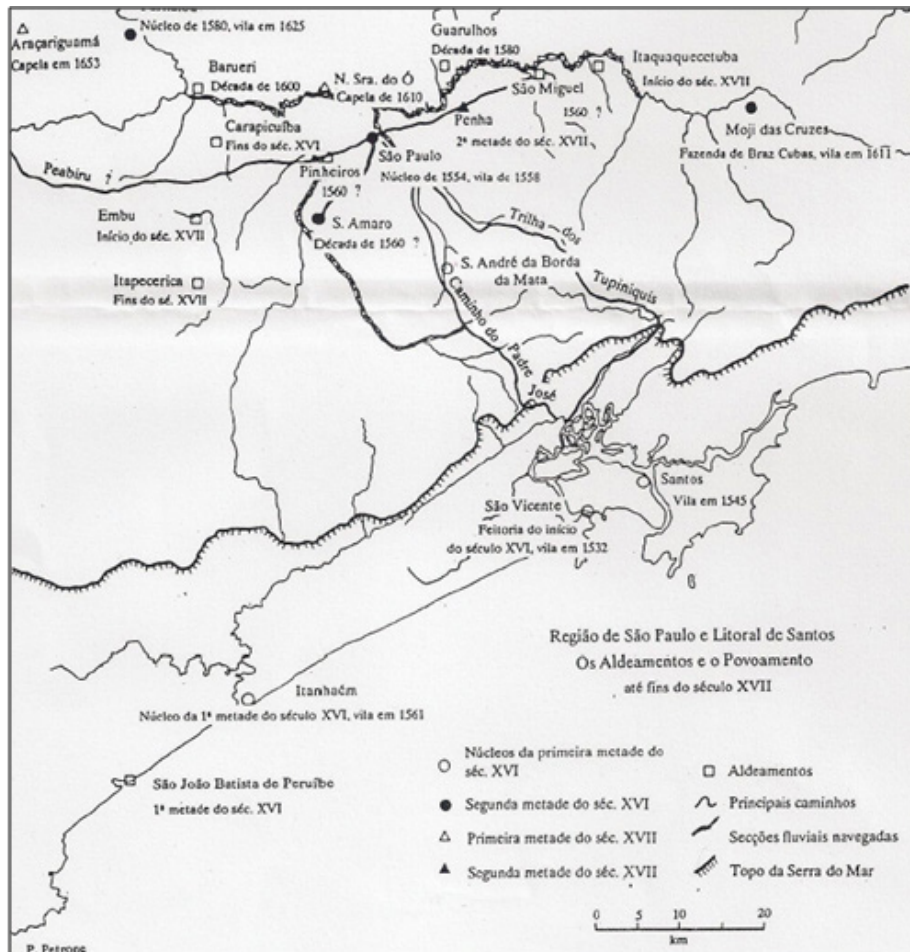
FONTES: ORGANIZAÇÃO DOS AUTORES, 2015.

O estudo dos ciclos econômicos ao longo da história territorial brasileira nos ajuda a compreender como o espaço do futuro território brasileiro acolheu os diferentes sistemas técnicos utilizados para a produção. Vale destacar que tais ciclos estiveram tanto econômica quanto politicamente ligados à forma como o Brasil se articulava com o mundo, seja no período colonial, imperial ou republicano. Nesse sentido, é importante resgatar algumas datas que marcam sua organização espacial.

Desde o “descobrimento” até a independência, sucessivas atividades econômicas foram organizadas, com destaque para a extração do Pau-Brasil, na Mata Atlântica, o comércio das “drogas do sertão”, envolvendo a extração de variados gêneros vegetais da Amazônia, passando pelo tropeirismo do Sul do país e pela extração de minérios das Minas Gerais, bem como pela economia do cacau do sul da Bahia ou a produção da cana de açúcar no Nordeste. Tais

atividades se deram com a utilização intensiva do trabalho escravo, empregando técnicas pouco desenvolvidas. Da mesma forma, poucas alterações ocorreram no espaço, sendo utilizados os caminhos e conhecimentos adquiridos com os próprios indígenas.

FIGURA 7: MAPA DOS ALDEAMENTOS PAULISTAS ELABORADO POR PASQUALE PETRONE.



FONTE: PETRONE, 1995 APUD VERAZANI, 2009, p.125.

A ocupação do interior do “oeste” foi impulsionada pelas Bandeiras Paulistas, com criação de rotas de busca e aprisionamento de índios, criando aldeamentos no entorno da futura cidade de São Paulo. Vários municípios paulistas devem sua origem a esses aldeamentos, entre eles Embu, Itaquaquecetuba, Guarulhos, Carapicuíba, Itapevicira, Barueri, entre outras (PETRONE, 1995 *apud* VERAZANI, 2009). Situação como essa é encontrada quando estudamos a formação do território brasileiro, visto que muitos municípios atuais tiveram sua origem em aldeamentos de índios, ou mesmo sobre antigas aldeias indígenas ou quilombos de negros. A riqueza de nossa formação socioespacial

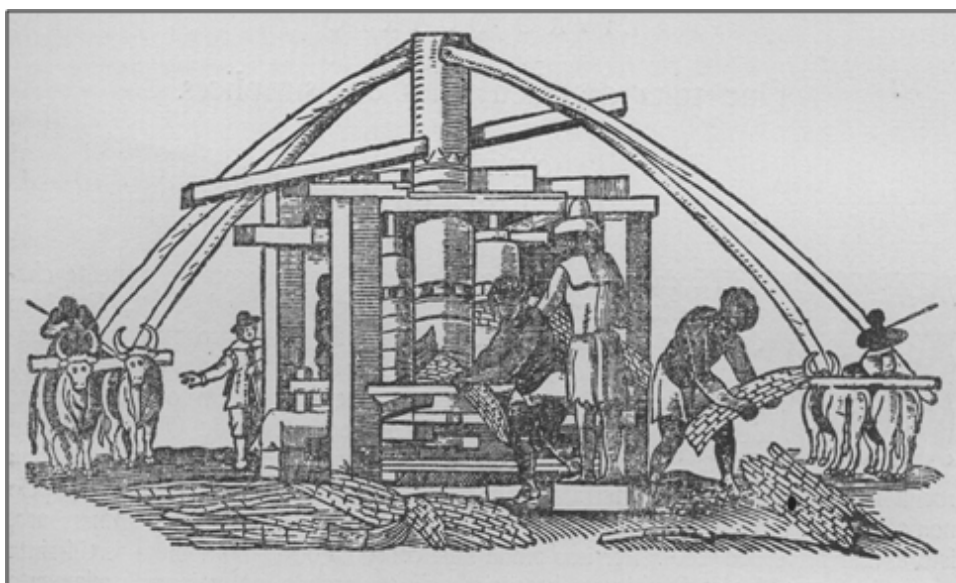
está assentada nessa variedade de formas espaciais herdadas de períodos anteriores, sobre as quais novas etapas de modernização foram se dando.

No que se refere ao uso da mão de obra indígena, Verazani (2009), assim escreve:

Os índios eram utilizados para todo tipo de serviço e estavam em toda cadeia produtiva – eram tecelões, sapateiros, seleiros, oleiros, carpinteiros, músicos, pedreiros, barbeiros, lavradores, boiadeiros, alfaiates, sacristãos, etc. A principal atividade realizada pelos indígenas, contudo, até o último quartel do século XVIII, tanto para os moradores como para o serviço real, era sua atuação como meio de transporte, tanto no transporte de cargas como no acompanhamento de viajantes. [...] Outra função importante desempenhada pelo índio era o sertanismo. A sobrevivência dos colonos dependia dos conhecimentos que os índios tinham do sertão, os quais usavam para conduzir os colonos por diversos caminhos, em busca de apresar novos grupos indígenas e de encontrar riquezas minerais. (VERAZANI, 2009, p.34).

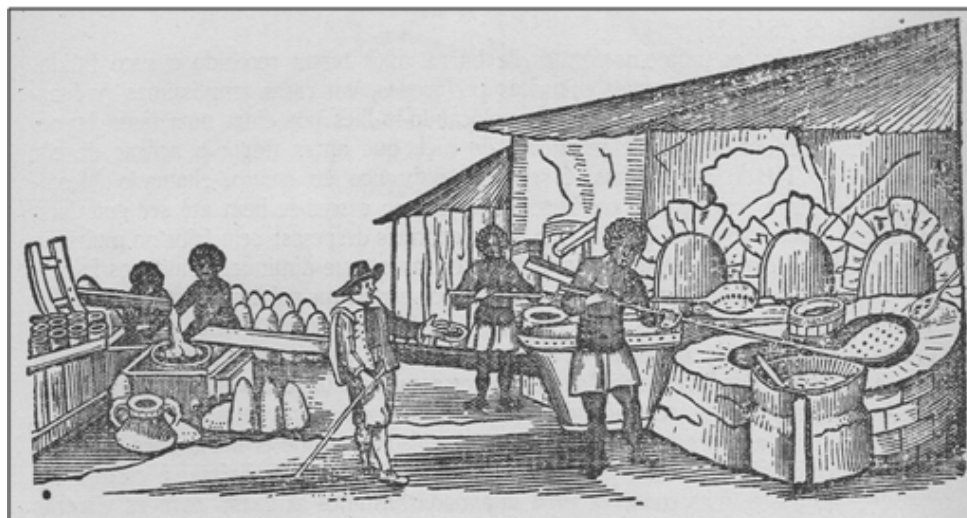
A mão de obra tanto indígena quanto negro-africana foi fundamental para o progresso econômico das colônias, mas também o foram os conhecimentos de técnicas de construção e manejo de ferramentas utilizados nos engenhos e demais materialidades construídas durante a formação do território brasileiro.

FIGURA 8: “GUILHERME PISO - ENGENHO 1648”.



FONTE:DISPONÍVEL EM: <[HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/HISTORIA_NATURALIS_BRASILIAE](http://pt.wikipedia.org/wiki/Historia_Naturalis_Brasiliae)>.
ACESSO EM: 15 ABR. 2015.

FIGURA 9: "GUILHERME PISO - RAPADURA 1648".



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/HISTORIA_NATURALIS_BRASILIAE](http://pt.wikipedia.org/wiki/Historia_Naturalis_Brasiliae)>. ACESSO EM: 15ABR. 2015.

O século XIX é marcado por profundas transformações nas formas de produzir na Europa, com rebatimentos na produção e organização do espaço brasileiro. Exemplo disso é a extração de borracha da Amazônia, ainda no século XIX, que impulsiona a entrada de grandes contingentes de nordestinos nas terras dos afluentes da margem esquerda dos rios Amazonas e Solimões, que expulsam indígenas das terras onde foram instalados os seringais, responsáveis pela produção da borracha exportada para a Europa. Esse ciclo econômico foi responsável por uma intensa urbanização ainda no final do século XIX e início do século XX, impulsionando cidades como Manaus, no estado do Amazonas, e Belém, no estado do Pará. A imponência do Teatro Amazonas e do Porto Fluvial na cidade de Manaus marca a importância que o ferro e o aço ingleses passam a ter nesse momento histórico no mundo. Somada ao crescimento populacional na região, ocorreu a ocupação e posterior compra pelo Estado brasileiro do futuro estado do Acre (região de extração da borracha), modificando a forma do território brasileiro.

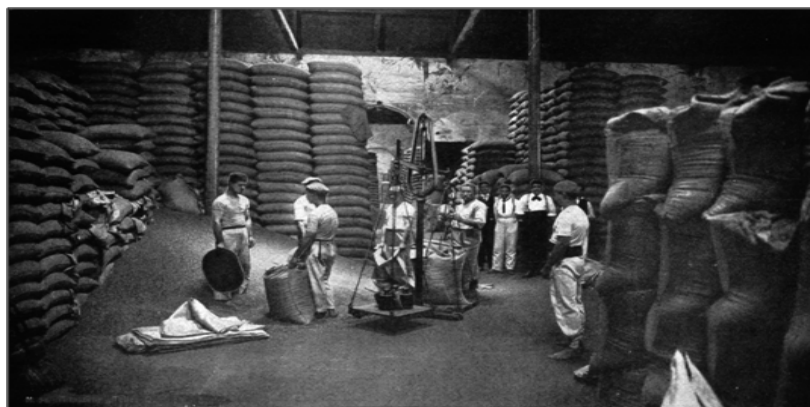
FIGURA 10: GEORGE HUEBNER. PONTE DOS REMÉDIOS, RUA MIRANDA LEÃO, C. 1890. MANAUS, AM.



FONTE:DISPONÍVEL EM: <[HTTP://BRASILIANAFOTOGRAFICA.BN.BR/](http://brasilianafotografica.bn.br/)>. ACESSO EM: 15 ABR. 2015.

Outro exemplo que merece ser mencionado, ao longo ainda do século XIX, é a ocupação do sudoeste paranaense, principalmente de seus campos, pela atividade tropeira, articulando o sul do Brasil com o futuro estado do Paraná e algumas cidades do sul do estado de São Paulo, especialmente na região de Sorocaba. Tal ocupação criou as condições para a futura ocupação dos gaúchos, que passando pela região já no século XX, são responsáveis pela expansão da fronteira agrícola ocorrida principalmente a partir da segunda metade do século XX em direção ao Mato Grosso e Rondônia.

FIGURA 11: “PREPARING FOR COFFEE SHIPMENT”.



FONTE:DISPONÍVEL EM:<[HTTP://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:PREPARING_FOR_COFFEE_SHIPMENT.JPG#/MEDIA/FILE:PREPARING_FOR_COFFEE_SHIPMENT.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Preparing_for_coffee_shipment.jpg#/media/File:Preparing_for_coffee_shipment.jpg)>. ACESSO EM: 15 ABR. DE 2015.

Um último ciclo econômico merece destaque: refere-se à produção de café. Esse ciclo teve duas fases, uma primeira, ainda no século XIX, localizada no Vale do Rio Paraíba, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se desenvolveu a produção de café para exportação a partir das cidades portuárias de Mangaratiba, Angra dos Reis e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, e de Ubatuba, no estado de São Paulo. O escoamento da produção, a exemplo da atividade de mineração em Minas Gerais, era realizado com o auxílio de mulas, por caminhos no meio da mata atlântica, e sua produção era executada pelo trabalho escravo. O segundo ciclo do café marca a transição para o trabalho livre no Brasil, com a imigração principalmente de italianos. O meio de transporte também se modifica, passando a ser realizado por meio de trens a vapor, tendo como porto de escoamento a cidade paulista de Santos. Esse segundo momento também é marcado pela abertura de novas áreas para o plantio em direção ao oeste do estado de São Paulo, com a criação de cidades e um progressivo processo de urbanização que se acentua ao longo do século XX.

FIGURA 12: ESTAÇÃO DE CAMPINAS/SP EM 1918.FOTO DE FILEMON PERES.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ESTACOESFERROVIARIAS.COM.BR/C/CAMPINAS.HTM](http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/campinas.htm)>. ACESSO EM: 15 ABR. 2015.

FIGURA 13: IMIGRANTES EM FRENTE À HOSPEDARIA DO IMIGRANTE DE SÃO PAULO (ATUAL MEMORIAL DO IMIGRANTE), FOTO DE GUILHERME GAENSLY.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:ITALIANS_SAO_PAULO.JPG#/MEDIA/FILE:ITALIANS_SAO_PAULO.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Italians_Sao_Paulo.jpg#/media/File:Italians_Sao_Paulo.jpg)>. ACESSO EM: 15 ABR. DE 2015.

As consequências urbanas e sociais do fim do primeiro ciclo do café, nas terras do Vale do Rio Paraíba, foram retratadas por Monteiro Lobato (1906), no conto *Cidades Mortas*:

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ora em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurgue de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles duma região para outra. Nilo emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.

A uberdade nativa do solo é o fator que o condiciona. Mal a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital — e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas.

Em São Paulo temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte.

Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.

Um tanto de cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes.

Pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça; de há muito, em matéria de rodas, se voltou aos rodízios desse rechinante símbolo do viver colonial — o carro de boi.

Erguem-se por ali soberbos casarões apalaçados, de dois e três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiuna; casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiram.

Vivem dentro, mesquinamente, vergôntees mortças de famílias fidalgas, de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana. Pelos salões vazios, cujos frisos dourados se recobrem da pátina dos anos e cujo estuque, lagarteado de fendas, esboroa à força de goteiras, paira o bafio da morte. Há nas paredes quadros antigos, crayons, figurando efígies de capitães-mores de barba em colar. Há sobre os aparadores Luís XV brônzeos candelabros de dezoito velas, esverdecidos de azinhavre. Mas nem se acendem as velas, nem se guardam os nomes dos enquadrados – e por tudo se agruma o bolor rãncido da velhice.

São os palácios mortos da cidade morta. (LOBATO, 1996, pp. 21-22).

A forma como o desenvolvimento da cultura do café ali se deu permitiu o surgimento de importantes cidades a sua época, como, por exemplo, São Luís do Paraitinga/SP, hoje considerada um patrimônio cultural brasileiro com seus casarões da época dos Barões de Café.

FIGURA 14: IGREJA MATRIZ DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA, SP, DESTRUÍDA NUMA ENCHENTE DE 2010.

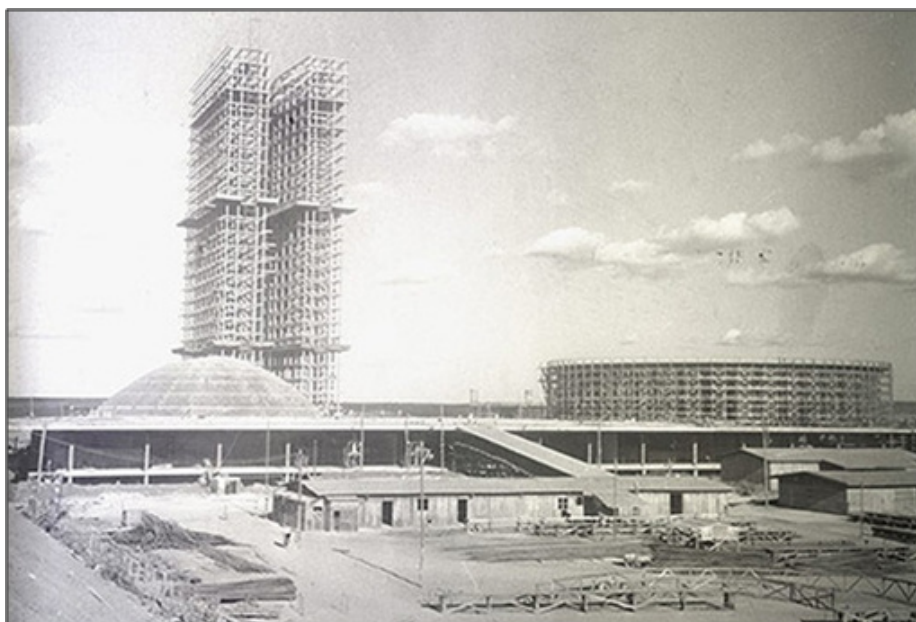


FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ADOROSAOLUIZDOPARAITINGA.COM.BR/HISTORICO/](http://www.adorosaoluizdoparaitinga.com.br/historico/)>. ACESSO EM: 15 DE ABR.2015.

No século XX, fundamentalmente a partir de 1930, já no contexto do Estado Novo, foram criadas as condições para a integração dos mercados herdados dos ciclos econômicos regionais, com destaque para a cidade de São

Paulo, que paulatinamente ganha o status de polo econômico, com declínio da atividade industrial na cidade do Rio de Janeiro. A transferência da capital federal para o planalto central, já em meados do século XX, também marca um importante momento da história territorial brasileira, num contexto em que se acentua a ocupação do centro-oeste brasileiro. Para a integração do espaço nacional incentiva-se a construção de estradas de rodagem, para o uso do automóvel. A segunda metade do século XX presencia o aceleramento do processo de urbanização, ao mesmo tempo em que o campo, seja por conta da modernização agrícola, seja por conta da estagnação econômica, força o êxodo rural, ampliando a população urbana, bem como incentivando o surgimento de novas cidades. Somase a isso, ainda, a transformação nos padrões de consumo da população, com o surgimento de uma cultura de massas nos principais centros urbanos.

FIGURA 15: CONSTRUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL NA DÉCADA DE 1950



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://CORREIO.RAC.COM.BR/_CONTEUDO/2012/12/CAPA/NACIONAL/LEIA_MAIS/15452-A-OBRA-E-VIDA-DO-ARQUITETO-OSCAR-NIEMEYER.HTML](http://CORREIO.RAC.COM.BR/_CONTEUDO/2012/12/CAPA/NACIONAL/LEIA_MAIS/15452-A-OBRA-E-VIDA-DO-ARQUITETO-OSCAR-NIEMEYER.HTML)>.

ACESSO EM: 15 ABR. 2015.

O quadro seguinte traz resumidamente os ciclos econômicos, indicando sinteticamente os sistemas técnicos utilizados para sua organização:

QUADRO 3: BRASIL – CICLOS ECONÔMICOS, OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E SISTEMAS TÉCNICOS

Ciclo Econômico:	Região do território brasileiro:	Sistemas técnicos utilizados:
- Pau Brasil – Século XVI	Litoral (Mata Atlântica)	Mão de obra indígena (cunhadismo), pouco intensivo em técnicas.
- Drogas do Sertão – Séculos XVI/XVIII	Mata Amazônica	Extrativismo vegetal com mão de obra indígena. Escoamento dos gêneros extraídos com barcos através dos afluentes do rio Amazonas, e dele até a Europa.
- Cana-de-açúcar – Séculos XVI e XVII	Nordeste brasileiro, principalmente nas capitanias de Pernambuco e Bahia.	Trabalho escravo, em engenhos movidos por gado ou homens. Sistema de <i>plantation</i> (monocultura em grandes extensões). Criação de vilas e arraiais.
- Ouro/Mineração – Século XVIII	Região central do estado de Minas Gerais, mas também das Minas de Goiás.	Trabalho negro escravo, com técnicas pouco desenvolvidas. Criação de cidades, vilas e arraiais. (Origem das cidades de Mariana, Vila Rica, atual Ouro Preto, Congonhas, São João Del Rey, Sabará, Tiradentes, entre outras). Construção da Estrada Real. Caminho das minas de Goiás, o qual, posteriormente, foi fundamental para o surgimento de importantes cidades paulistas, como Campinas. Importância dos portos de Mangaratiba, Angra dos Reis, Rio de Janeiro e Ubatuba-SP.
- Cacau – Século XIX	Região de Ilhéus, sul da Bahia	Trabalho negro escravo. Plantio dos cacauzeiros (monocultura/ <i>plantation</i>). Construções de barracões de secagem e estocagem. Importância do porto de Ilhéus e da criação de vilas e arraiais no Recôncavo Baiano.

<p>- Borracha – Séculos XIX e XX</p>	<p>A área onde se desenvolveu a economia da borracha compreende as terras banhadas pelos afluentes do rio Solimões, indo em direção ao atual estado do Acre. Natural das florestas dessa região, a <i>Hevea brasiliensis</i> (Seringueira), fornecia a matéria prima (borracha) que seria exportada para os países europeus que se industrializavam (principalmente a Inglaterra). Tal ciclo propiciou um apogeu econômico e cultural fora das regiões de extração, fazendo florescer cidades como Manaus/AM e Belém/PA.</p>	<p>Utilização dos rios navegáveis da bacia amazônica. Introdução de mão de obra nordestina na região de extração do látex (borracha). A ocupação nordestina e desenvolvimento dos seringais facilitou a incorporação do território Acre (antigo espaço Boliviano), ao espaço brasileiro, finalizando o “desenho” do território brasileiro como conhecido hoje. Os seringueiros viviam nas terras da extração, em condições bem precárias e sob controle dos seringalistas, os intermediários e verdadeiros donos dos seringais. Utilização de Vapores, grandes barcos utilizados para o transporte da borracha até os portos (Manaus e Belém), para posterior exportação.</p>
<p>- Café – Final do Século XIX até a primeira meta do Século XX</p>	<p>Duas fases, primeiramente no Vale do Rio Paraíba, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, posteriormente no oeste do estado de São Paulo.</p>	<p>Na primeira fase, uso do trabalho negro escravo, posteriormente da mão de obra migrante, principalmente italiana. Estradas e caminhos pela Serra do Mar, por exemplo a partir de Taubaté/SP, passando por São Luiz do Paraitinga, até o porto de Ubatuba/SP. Ou passando por Cunha/SP até a cidade de Paraty/RJ. Utilizando como meio de transporte o lombo de mulas. Na segunda fase, destaque para o Porto de Santos/SP, com o transporte dos grãos por trens. A utilização do transporte ferroviário influenciou a urbanização do estado de São Paulo, permitindo ainda diversificar as atividades de comércio e serviço do estado quando entrou em crise o ciclo do café.</p>

FONTE: ORGANIZAÇÃO DOS AUTORES, 2015



A URBANIZAÇÃO E A HISTÓRIA TERRITORIAL BRASILEIRA

Antes de discutir as características da urbanização contemporânea, é necessário fazer uma análise retrospectiva a respeito do processo de construção do território brasileiro, de modo a melhor compreender sua importância na organização da vida das populações no mundo hoje, e mais particularmente no Brasil. Em todos os continentes do globo, a urbanização é um fenômeno presente, com consequências geográficas específicas. A urbanização, pelo menos no mundo ocidental, está associada ao progresso técnico, ao avanço das relações capitalistas no campo, com a expulsão de grandes contingentes humanos para a vida na cidade, estando vinculada, há dois séculos, ao processo de industrialização em suas variadas fases.

Embora se possa dizer que a vida urbana esteja presente ao longo da história humana, o avanço do processo de urbanização está associado ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, entre o final do século XVIII e início do XIX. Por outro lado, a urbanização assistida naquele contexto era resultado de um processo mais amplo, que resultou na implantação da *economia de mercado* (POLANYI, 1998). Tal urbanização, já naquela conjuntura, implicou para a Inglaterra o aparecimento das cidades fabris, a emergência das favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários para certas categorias de trabalhadores, o aumento da taxa populacional e a

concentração das indústrias. Como motivação para tais situações, esse autor indica três processos fundamentais: primeiro, a política de cercamento dos campos abertos (*enclousures*) e as conversões da terra arável em pastagem, criando um mercado de terras; segundo, a criação de um mercado de trabalho, resultado da expulsão das pessoas das antigas terras feudais; e terceiro, a criação de um sistema financeiro, que permitisse aos industriais investir nos meios de produção fabris. Nesse sentido, a urbanização no século XIX esteve profundamente relacionada à manutenção do sistema capitalista nas cidades industriais europeias.

Para o caso brasileiro, embora se possa dizer que a urbanização tenha se iniciado ainda no século XVI, com a fundação, em 1532, da Vila de São Vicente, no litoral paulista, ou com a criação da cidade de Salvador, em 1549, ela não teve grande impulso nos primeiros séculos desde 1500. O incipiente fenômeno da urbanização esteve atrelado ao desenvolvimento das atividades econômicas regionais, geralmente localizadas em áreas próximas ao litoral e sem conexões entre as cidades.

Nesse sentido, a urbanização pretérita (SANTOS, 1993) não apresentou o desenvolvimento de grandes redes de cidades, dado que resultava de um país essencialmente agrícola, com uma população relacionada à vida rural e agrária. Esse autor afirma que ocorreu mais a criação de cidades (da mineração, do café, da borracha, etc.) que propriamente um processo de urbanização.

No que se refere ao surto de urbanização vivenciado com o ciclo da mineração, no século XVIII, pode-se dizer que tal atividade contribuiu para significativas transformações políticas e territoriais, entre elas a transferência da capital da Colônia, da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763, bem como o desenvolvimento de um conjunto de vilas e cidades ligadas à mineração, tanto nas terras das *Minas Geraes* (Vila Rica, atual Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, São João Del Rei, Sabará, Congonhas, Diamantina, entre outras), quanto nas terras *Goianas* (cidade de Goiânia, Cuiabá, entre outras), cujos traços, para o caso mineiro, ainda hoje são recontados pela Estrada Real.

Santos (2001), ao propor sua interpretação para a história territorial brasileira, divide-a em três fases. A primeira compreende um longo período, englobando todas as atividades econômicas (Pau-Brasil, Mineração, Cacau, Borracha, Café, etc.) instaladas em diferentes parcelas do futuro território nacional, que, embora geradoras de cidades e de alguma rede urbana, não foram capazes de construir, na escala do país, nem o aprofundamento do conhecimento do espaço nacional, nem a mobilidade sobre o território como um todo. Esse autor acrescenta que é importante verificar que, em cada uma dessas etapas, é necessário verificar as influências externas sobre o território.

QUADRO 4 - TRÊS FASES DA HISTÓRIA TERRITORIAL BRASILEIRA, CONFORME SANTOS (2001)

1º Até a Segunda Guerra Mundial	Anterior à unificação do território e do mercado
2º Brasil unificado	O fator dinâmico é a indústria e o objetivo foi a construção nacional.
3º Processo de globalização	Vigente até os nossos dias.

FONTE: SANTOS (2001). ORG.: OS AUTORES (2015).

Segundo Santos (2001), a característica do primeiro período é a existência de um Brasil policêntrico, anterior à unificação do território brasileiro, indo até a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, o poder, que passa do Governo Geral para o Vice-Reinado e depois ao Império, é centralizador, mas com pouca capacidade de controle do território. Por isso, pode-se dizer que a realização fragmentária da economia não permitia ir além da construção de um *Brasil Arquipélago*, onde cada região se ligava a um centro litorâneo, a partir do qual eram asseguradas suas relações externas, uma vez que as relações internas eram limitadas. A importância das vias marítimas e fluviais era gigantesca, dada a dificuldade de transitar pelos poucos e precários caminhos terrestres. Destacou-se na história o Rio São Francisco, conhecido como “Rio da Integração Nacional”, pois permitia navegar de grande trecho do espaço brasileiro de “norte a sul”.

Já no século XIX, fundamentalmente a partir de sua segunda metade, a construção de estradas de ferro, utilizadas para a exportação de café, permitiu um uso mais dinâmico do território brasileiro. São Paulo e Rio de Janeiro passaram, com as ferrovias, a ter maior relação com suas respectivas áreas de influência. No entanto a ligação entre essas metrópoles ainda era feita por via marítima. Com isso tudo, Santos (2001, p. 266) descreve que “[...] no Sudeste criou-se, de um lado, uma rede localizada de ferrovias e, de outro, um intercâmbio baseado numa divisão territorial do trabalho. É esse o embrião do que atualmente podemos chamar de área concentrada”. Aumentam as relações dentro dessa área polarizada, enquanto que as relações com o resto do país não crescem na mesma proporção, lançando a semente de uma disparidade regional. Vale destacar que, mesmo dentro dessa área, o crescimento se dá desigualmente, pois as indústrias que ocorriam em maior número, primeiro no Rio de Janeiro, passam, com o tempo, a despontar mais numerosas em São Paulo. Este último, por sua vez, passou a contar com uma industrialização mais diversificada, o que permitirá fazê-lo apontar, futuramente, numa posição de destaque em relação ao restante do país.

O *segundo período* identificado por Santos (2001) inicia-se com a Segunda Guerra Mundial, momento em que a fragilidade das ligações internas

do território brasileiro fica clara. Embora a proposta política de unificação dos mercados internos já tivesse sido revelada desde o Estado Novo, com Getúlio Vargas, o espaço nacional ainda sofria com a vulnerabilidade da sua frota marítima e com a falta de uma integração dos transportes terrestres, o que repercute nas atividades econômicas das diversas regiões brasileiras. A partir desse momento o fator dinâmico passa a ser a indústria, incentivada pelas políticas de desenvolvimento de setores de base (petróleo, eletricidade, telecomunicações, transportes, entre outros), ao mesmo tempo em que se almeja a construção de uma verdadeira unidade nacional.

A ideia de unificar o território pelos transportes foi posta em prática obedecendo a uma planificação sistemática, via idealização e materialização de sucessivos planos viários e rodoviários, que culminaram na realização das obras responsáveis por criar e ampliar os macrossistemas de engenharia (infraestruturas), responsáveis por interligar algumas das estradas de ferro já construídas e permitir a implementação de uma rede rodoviária nacional. Nesse momento, tais realizações eram orientadas pela teoria de desenvolvimento, colocando em prática o ideário de unificar os mercados herdados do *Brasil policêntrico*, criando assim um mercado nacional efetivo.

No entanto, o crescimento industrial de São Paulo foi uma peça indispensável a esse processo, que, junto à construção de Brasília, fizeram emergir uma nova arquitetura territorial e novas centralidades. Pouco a pouco o Rio de Janeiro perde para Brasília a centralidade do poder (ordens de natureza pública). São Paulo, por sua vez, na medida em que suas indústrias crescem em número e em importância, retira do Rio de Janeiro o comando da economia (SANTOS, 2001).

A construção de Brasília acarreta, de forma direta ou indireta, juntamente com a ascensão da industrial de São Paulo, a emergência de uma nova arquitetura territorial e de novas centralidades. Pouco a pouco Brasília vai retirando do Rio de Janeiro a centralidade do poder, isto é, das ordens e da natureza política com as quais o território deveria ser regulado. São Paulo, por sua vez, vai subtraindo ao Rio de Janeiro o comando da economia, assumindo, graças a uma indústria capaz de abastecer e equipar um Brasil relativamente unificado pelos transportes, a produção das ordens econômicas e a regulação econômica do território. Brasília tende a se instalar como metrópole política e São Paulo como metrópole econômica, enquanto ambos esses papéis vão minguando na antiga capital imperial e republicana. (SANTOS, 2001. p. 242).

No *terceiro período*, o motor da economia deixa de ser a indústria, que continua a ter papel fundamental na economia paulista, e passa a ser a informação (SANTOS, 1999) que, a partir da década de 1970, começa a

influenciar diretamente no uso e regulação do território brasileiro. Há também a ascensão das atividades terciárias, de serviços. Do mesmo modo começa a haver uma maior presença de forças centrífugas (vetores externos), que são o resultado da ação de agentes hegemônicos que passam a interferir tanto nas atividades econômicas quanto no próprio Estado.

Segundo Santos (2001), a industrialização e a produção agrícola mais moderna, ambas concentradas na região Sudeste, junto ao consumo, mais difuso que a produção, mas também concentrado, constituem o conteúdo mais visível do novo processo territorial. Foi acelerada a tendência à disparidade estrutural de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que se torna mais clara a existência de uma periferia e de um polo (a *Região Concentrada*, formada pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: OS NOVOS CONTEÚDOS DAS METRÓPOLES E CIDADES MÉDIAS E OS NEXOS ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

Feita essa retrospectiva geral da formação do território brasileiro, pode-se agora indagar: Quais são os nexos entre o local e o global? E quais são os novos conteúdos das metrópoles e cidades médias? Responder a tais perguntas implica investigar como o território brasileiro hoje está organizado para participar das relações internacionais, ao mesmo tempo procurando verificar como essa organização influencia na vida da população como um todo.

Segundo Santos (1999), o território pode ser tanto um abrigo quanto um recurso. Do ponto de vista das grandes firmas, o território é um recurso, mas, para a imensa maioria das pessoas, ele é um abrigo. Nesse sentido vale discutir o papel do Estado na implementação de sua ação de organização do território. As consequências geográficas da ação do Estado Territorial são exercidas em todas as escalas do espaço, mas, pelo princípio da soberania, ela é única ao nível da nação.

O Espaço-Estado é o sistema que inclui, e do qual dependem, todos os outros níveis, e sua força decorre das novas realidades da economia internacional, que requer um Estado moderno e presente em toda parte. A modernização do Estado conduz a uma série de obrigações: exterior – mecanismos e instrumentos de troca internacionais (moeda, impostos, comércio exterior, bancos); internas – novas necessidades da população nacional (consumo).

Segundo Santos (1979):

A dimensão tecnológica dos instrumentos de trabalho e dos equipamentos que se tornaram indispensáveis à vida coletiva, ultrapassaram as possibilidades individuais, e faz com que o Estado apareça como a única solução para esses problemas, tendo que intervir cada vez mais nesses domínios que, há pouco, eram reservados às iniciativas privadas. Nos mais diferentes domínios, como a educação, a saúde ou as comunicações, os transportes e a energia elétrica, progresso e a difusão devem-se essencialmente ao poder público. (SANTOS, 1979, p. 221).

Com o impacto da modernização tecnológica, os governos são forçados a responder tanto às necessidades dos cidadãos como também às mudanças da estrutura da produção do país.

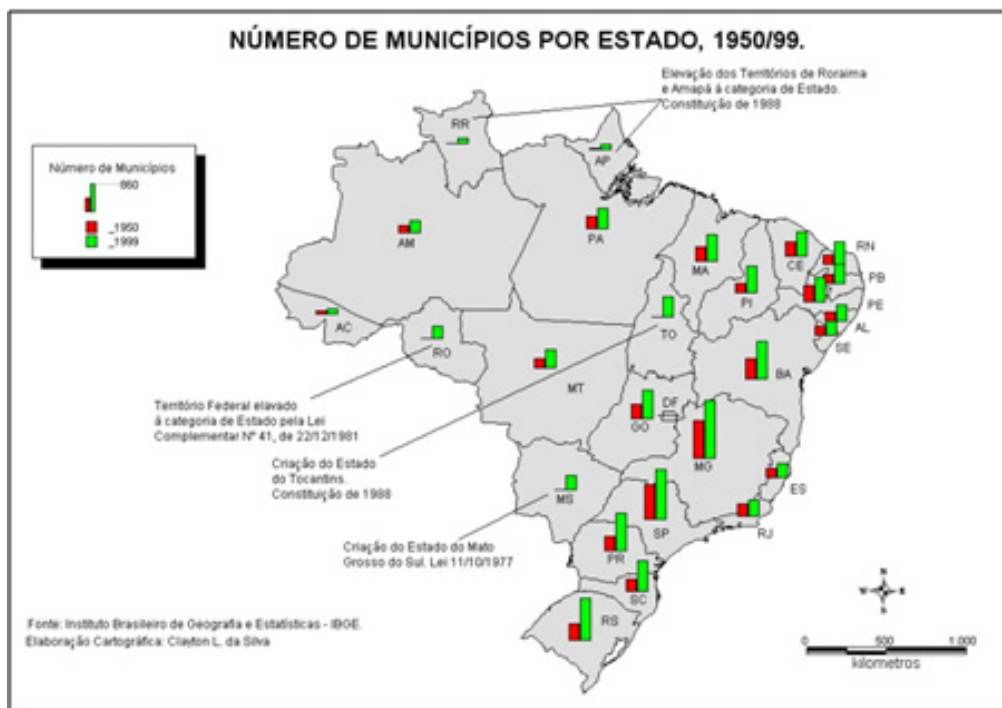
Assim, os serviços prestados pelo Estado territorial passam a abrigar novas atividades (modernas), bem como ocorre também a renovação das materialidades (infraestruturas, etc.), que favorecem a criação e o fortalecimento das atividades modernas e das formas monopolísticas de atividade. Outra característica marcante é a centralização do maior montante de recursos dos impostos, que garante ao Estado possibilidades de investimento maciço. Isso fica bem exemplificado com a transformação por que passou o território brasileiro, principalmente após a segunda Guerra Mundial, que terminou por modificar o padrão de consumo, de produção e distribuição da informação e dos recursos pelo território. É essa nova organização do território que permitiu instituir e aprofundar a construção de uma dialética de concentração e desconcentração. Por um lado, houve a instituição de estruturas monopolíticas, verificadas pela concentração das infraestruturas, estas também responsáveis pela concentração econômica e demográfica. De outro, houve a dispersão pelo território, quando são também instituídos os equipamentos de natureza social, como hospitais e escolas, ou quando se distribui incentivos aos agricultores.

Para o exercício da função política de coordenação de toda a vida nacional há a necessidade de criação ou melhoramento das infraestruturas de transportes e comunicações. Mas não basta que apenas as decisões políticas repercutam por todo o território, é necessário que os resultados da atividade econômica de uma região repercutam em outras regiões. Trata-se de buscar a criação de uma rede e de viabilizar a integração da economia territorial, que conduz à articulação de um conjunto de cidades, mas com hegemonia das cidades capitais.

Nesse sentido, é fundamental perceber que o Estado brasileiro incentivou a ocupação e urbanização do interior do território brasileiro. A construção de Brasília desencadeou um conjunto de transformações que culminou na ampliação do número de cidades em direção ao “oeste”. O mapa 1

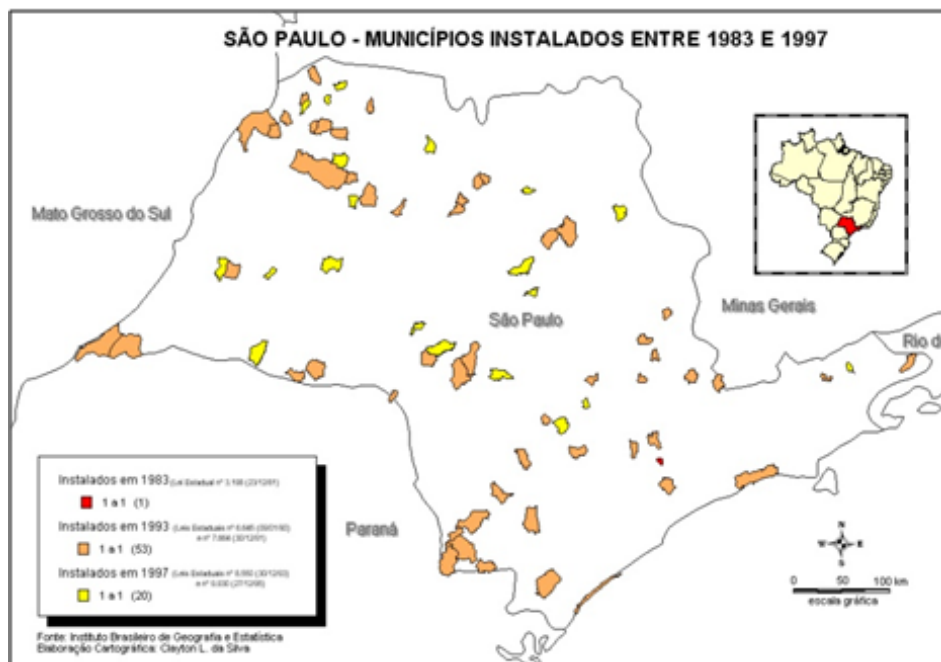
mostra a evolução no número de municípios comparando seu total em 1950 e 1999. Durante a segunda metade do século XX, um conjunto de políticas tocadas pelo Estado brasileiro incentivou ainda novas atividades produtivas, das quais a expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia é um exemplo. Lá foram implementadas a colonização pública e privada, reorganizando a região, resultando na criação de cidades. Ao mesmo tempo, estados mais desenvolvidos, situados nas regiões Sudeste e Sul como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul viram ampliar o número de municípios, resultado, em parte, da desconcentração das atividades econômicas industriais, muito embora tal desconcentração se deu de forma ainda concentrada, pois foram poucos os municípios que receberam os investimentos públicos e privados. O mapa 2 apresenta, para o estado de São Paulo, os municípios que foram instalados entre 1983 e 1997. A década de 1990 marca o crescimento da atividade industrial no interior do estado, com investimentos privados dirigidos para as cidades maiores (mapa 3), o que reforça a ideia da sua concentração em poucos municípios.

MAPA 1: NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR ESTADO, 1950/99.



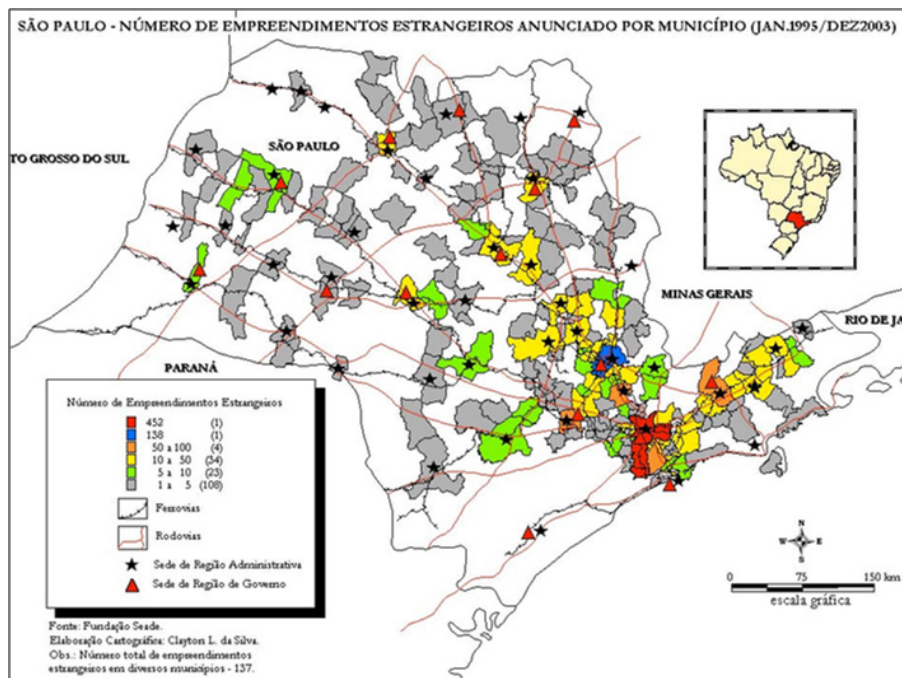
FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Elaboração Cartográfica: Clayton L. da Silva.

MAPA 2: SÃO PAULO – MUNICÍPIOS INSTALADOS ENTRE 1983 E 1997.



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: CLAYTON L. DA SILVA.

MAPA 3: SÃO PAULO – NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS ESTRANGEIROS ANUNCIADOS POR MUNICÍPIO (JAN.1995/DEZ.2003).



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: CLAYTON L. DA SILVA.

A consolidação de uma industrialização orientada para as necessidades nacionais permitiu a constituição de relações importantes do ponto de vista da hierarquia entre cidades. Santos (1979) propôs uma classificação para a análise urbana, em que a organização do espaço pela cidade dependeria de seu nível funcional: cidades locais; cidades regionais; metrópoles incompletas e metrópoles completas. Quanto às metrópoles, as incompletas são aquelas que se irradiam sobre um vasto espaço, mas dependem de contribuições externas para exercer a totalidade das funções. Por sua vez, as metrópoles completas seriam aquelas responsáveis principais pela macro-organização do território, capazes de responder a amplas necessidades econômicas e sociais com meios ordenados por ela **própria, tais como** produção de bens de capital ou elaboração de tecnologias adaptadas às exigências da sociedade econômica nacional. As metrópoles são o fruto da modernização recente dos países subdesenvolvidos.

A modernização do Estado significa que mesmo as menores capitais têm que se equipar de serviços de primeira ordem, indispensáveis ao funcionamento de um Estado moderno. No entanto, esse Estado moderno não ocorre de forma homogênea no território como um todo. *A industrialização e a revolução do consumo* terminam por aumentar a dimensão das cidades, diversificar as atividades e criar novas formas de produção que não poderiam se instalar em outro meio que não fossem as grandes aglomerações. A modernização do consumo termina por levar a uma migração para as aglomerações melhor localizadas. Para Santos (1979): “É por isso que as grandes cidades dos países subdesenvolvidos são **macrocéfalas** [...] os países entraram na era da modernização com cidades de grandes dimensões.” (SANTOS, 1979, p.223) (grifo nosso).

Santos (1979) salienta ainda que:

A macrocefalia, tal como é conhecida atualmente, nos países subdesenvolvidos, é o resultado do progresso tecnológico e das tendências à concentração que ele provoca. As cidades inicialmente privilegiadas beneficiam-se com uma acumulação seletiva de vantagens e, assim, acolhem as novas implantações. (SANTOS, 1979, p. 240).

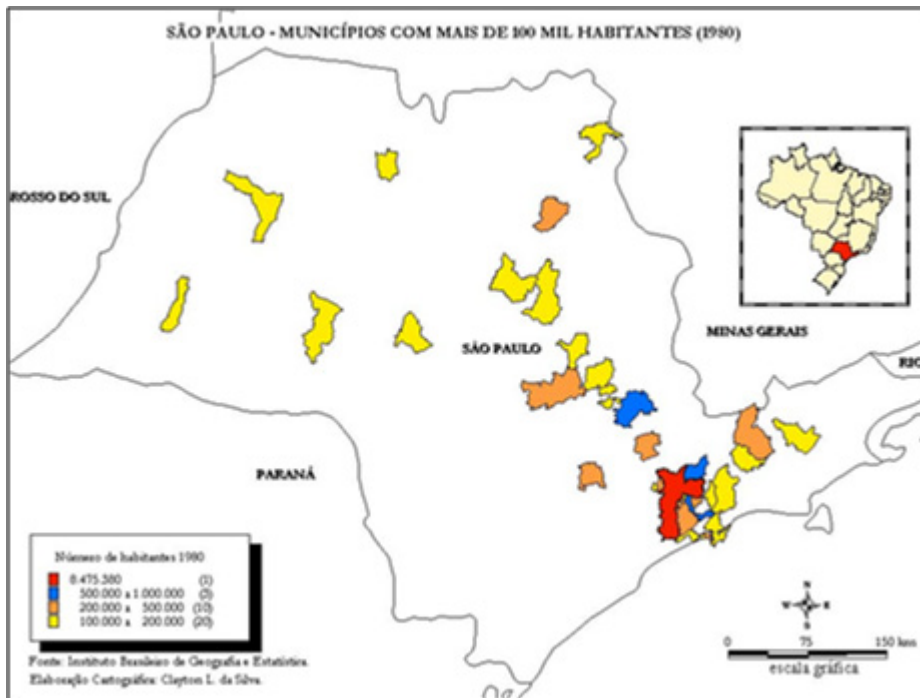
As cidades maiores reúnem as principais vantagens comparativas, entre elas as economias de escala e as economias de aglomeração. Por sua vez as cidades intermediárias “[...] receberam um impulso particular nos últimos três decênios, devido à difusão de novos modelos de informação e consumo, no entanto não podem responder a todos os tipos de demanda.” (SANTOS, 1979, p. 243). Assim, é a cidade intermediária que oferece produtos e serviços quantitativa e qualitativamente mais diversificados. Porém, suas

possibilidades são limitadas pela tendência de concentração das atividades nas metrópoles econômicas. Cidade intermediária e metrópole nacional têm as mesmas origens, mas a última é a beneficiária do sistema.

A maior presença de cidades grandes no interior do estado de São Paulo ilustra como o crescimento urbano está relacionado à oferta de serviços tanto para a produção industrial quanto para o campo que se moderniza. Os mapas 4, 5 e 6 trazem o total de cidades com mais de cem mil habitantes (cidades médias) para as décadas de 1980, 1990 e 2000. Além da importância produtiva, essas cidades ainda apresentam importante papel no setor de serviços.

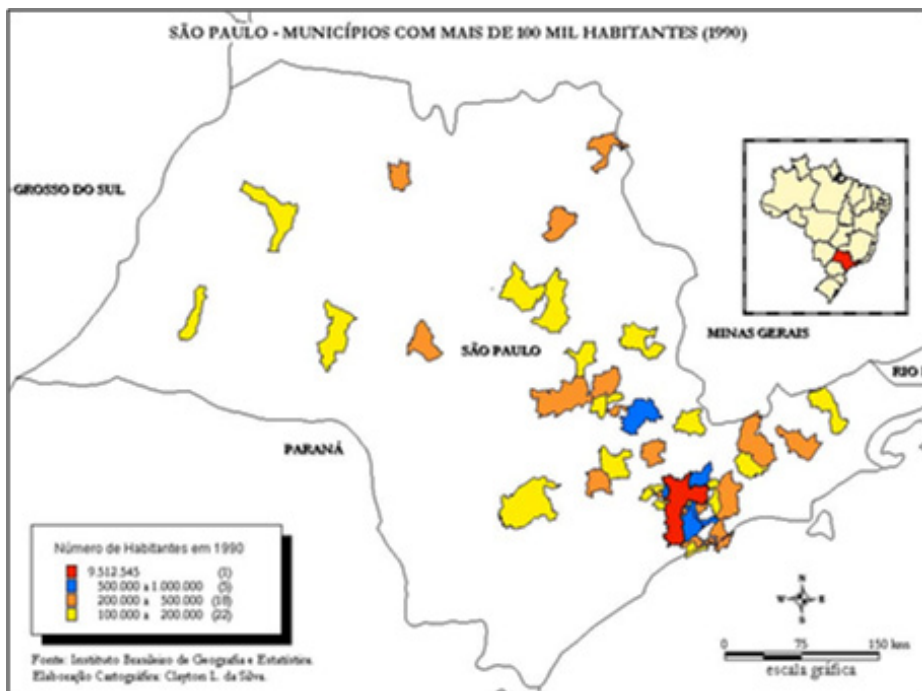
No caso do mapa 6, nota-se que os municípios mais populosos são aqueles servidos pelas melhores infraestruturas e aqueles que possuem algum papel de governo (sede de região administrativa ou de governo).

MAPA 4: SÃO PAULO – MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES (1980).



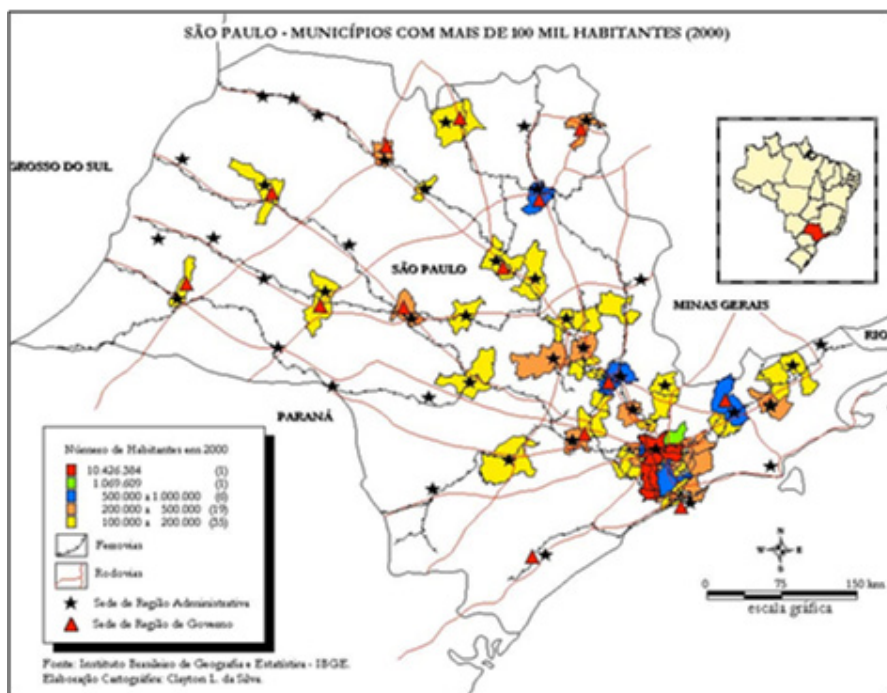
FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ELABORAÇÃO
CARTOGRÁFICA: CLAYTON L. DA SILVA.

MAPA 5: SÃO PAULO – MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES (1990).



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ELABORAÇÃO
CARTOGRÁFICA: CLAYTON L. DA SILVA.

MAPA 6: SÃO PAULO – MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES (2000).



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ELABORAÇÃO
CARTOGRÁFICA: CLAYTON L. DA SILVA.

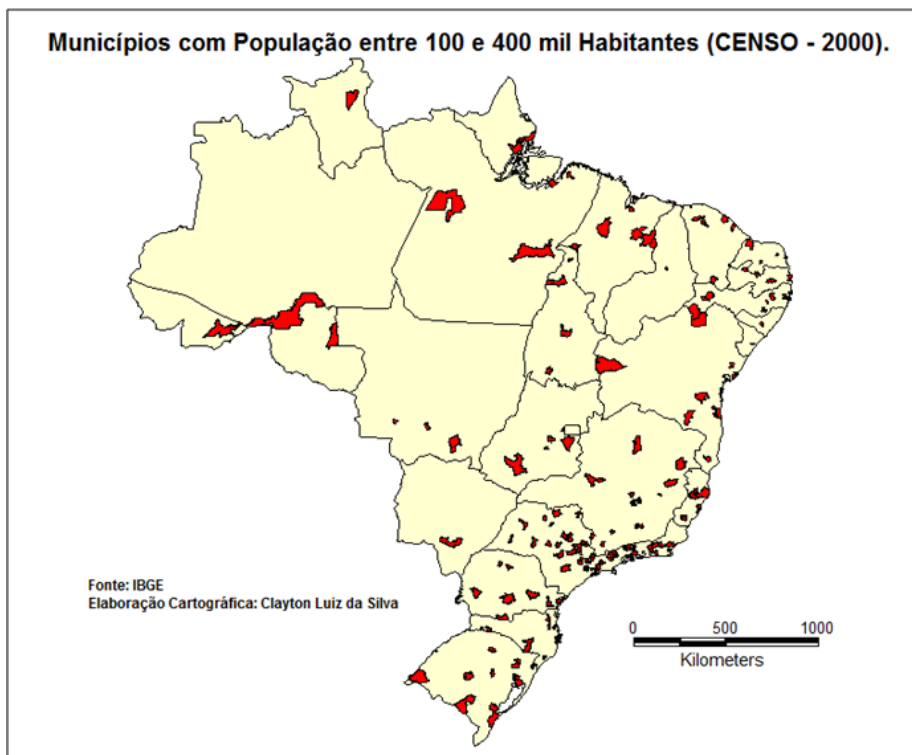
O mapa 7 ilustra os municípios com população entre 100 e 400 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2000. É nítida a presença de vários municípios do interior do território brasileiro.

A partir do exemplo do estado de São Paulo, nota-se que o nível de industrialização mais avançado permite uma maior integração da indústria no core, assim por conseguinte, mais progride a integração (relativa) do território. A concentração das atividades e dos recursos faz com que determinadas cidades detenham o papel de centro da vida nacional, atraindo para perto de si uma maior densidade de redes.

No entanto, a presença hoje de uma divisão “vertical” do espaço, em função das relações internacionais, leva à verificação de que ocorrem muitas periferias para um mesmo centro, onde a hierarquia (cidade local, cidade regional, metrópole incompleta, metrópole completa) deixa de ser linear e torna-se uma imbricação crescente da ação das cidades de diversos níveis, ou seja, ocorre um verdadeiro *curto-circuito* na hierarquia de cidades.

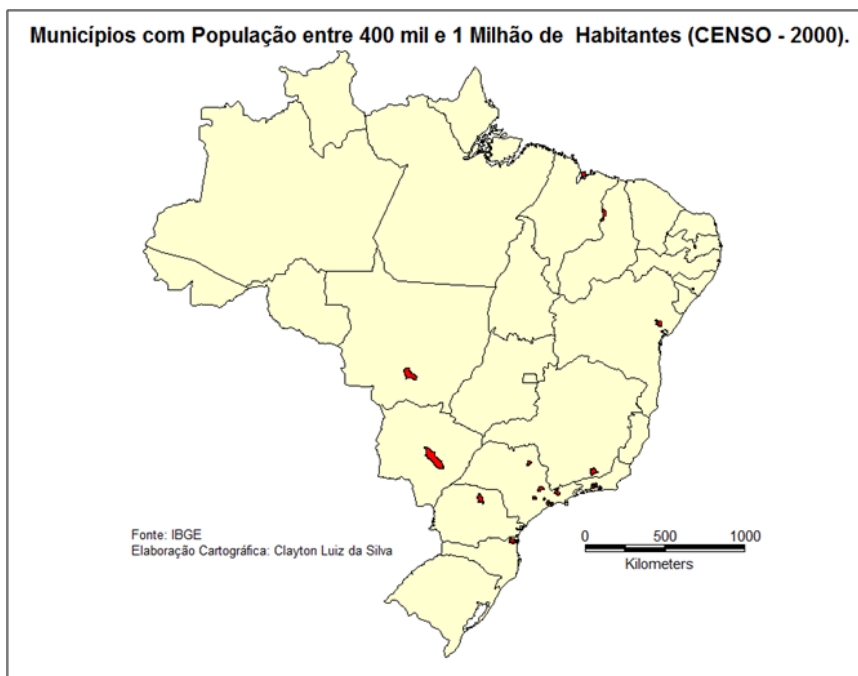
O mapa 8 apresenta os municípios com população entre 400 mil e 1 milhão de habitantes.

MAPA 7: MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 100 E 400 MIL HABITANTES (CENSO - 2000).



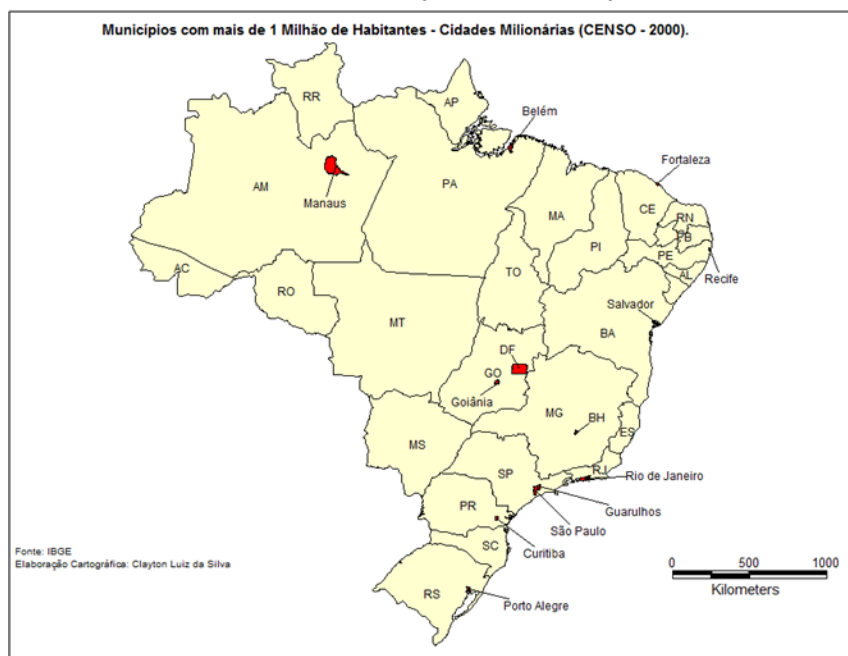
FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: CLAYTON L. DA SILVA.

MAPA 8: MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 400 E 1 MILHÃO DE HABITANTES
(CENSO - 2000).



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ELABORAÇÃO
CARTOGRÁFICA: CLAYTON L. DA SILVA.

MAPA 9: MUNICÍPIOS COM MAIS DE 1 MILHÃO DE HABITANTES – CIDADES
MILIONÁRIAS (CENSO - 2000).



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ELABORAÇÃO
CARTOGRÁFICA: CLAYTON L. DA SILVA.

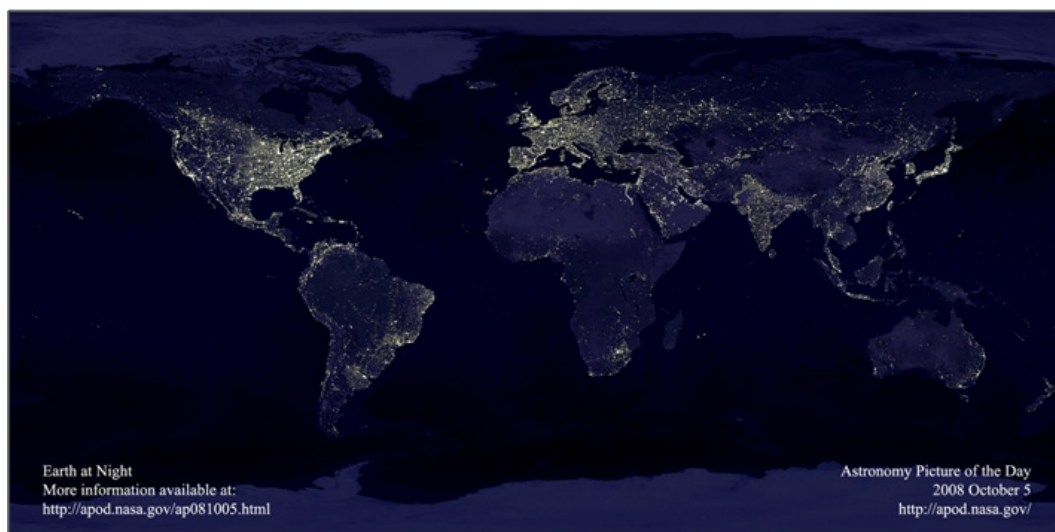
O mapa 9 traz os 13 municípios que, segundo dados do Censo do IBGE de 2000, possuem mais de um milhão de habitantes. A localização de pelo menos três desses municípios (Manaus, Goiânia e o Distrito Federal) no interior do território brasileiro é resultado das políticas do Estado de direcionar investimentos para ocupar o “oeste”.

No conjunto, os mapas apresentados reforçam a ideia da ocupação do interior do território, ampliando as áreas econômicas relacionadas à agricultura moderna ou ao consumo nas cidades.

Por outro lado, Santos (1979, 230) argumenta que: “As desigualdades regionais podem ser definidas como diferenças duráveis, localmente interdependentes e cumulativas entre subespaços de um mesmo país”. Hoje as desigualdades regionais devido a condições conjunturais e estruturais, acabam, segundo esse autor, levando a um colonialismo interno. As desigualdades sociais, que no território são manifestas por meio das disparidades regionais, da desigualdade cidade-campo, pela diferenciação entre tipos urbanos (macrocefalia), levam a situações de dependência, daí “colonialismo interno”. Hoje as disparidades regionais podem ser sinônimas de “colonialismo interno” na medida em que as regiões não têm entre elas os mesmos mecanismos ou instrumentos para relacionarem-se umas com as outras.

A concentração industrial leva a uma dominação da área mais densamente industrializada, o que, por sua vez, facilita os mecanismos de difusão de modernizações sobre o território. No Brasil a concentração industrial alimenta esse mecanismo de colonialismo interno, a partir do qual as cidades com maiores densidades de redes conseguem impor, sobre o restante do território, seus projetos. No entanto, deve ser lembrado que o projeto modernizador baseado no modelo industrial-exportador representa interesses minoritários, passando muito longe dos reais interesses da sociedade brasileira em sua totalidade. Ainda mais esses projetos contam com uma mídia massiva que legitima suas práticas e com uma elite nacional, a verdadeira beneficiária interna do modelo. Dessa forma, os projetos de modernização hoje postos em prática dizem respeito a grupos dominantes, além de serem um obstáculo a que os grupos dominados tenham uma maior participação nos resultados do trabalho coletivo.

FIGURA 16: TERRA VISTA DO ESPAÇO.



FONTE: [HTTP://ETERNOSAPRENDIZES.COM/2008/10/07/A-TERRA-VISTA-DO-ESPACO-A-NOITE/](http://ETERNOSAPRENDIZES.COM/2008/10/07/A-TERRA-VISTA-DO-ESPACO-A-NOITE/) (ACESSO EM 06 MAIO 2015).

A área mais densamente técnica presente no território brasileiro é facilmente ilustrada com a imagem da terra vista do espaço. Nela percebe-se a presença das redes de cidade.

Ademais, Santos (1979, p. 231) salienta que “[...] esse ‘colonialismo interno’ vai buscar sua explicação no ‘colonialismo externo’; esse é responsável pela seleção das regiões capazes de polarizar e das firmas ou indivíduos capazes de se beneficiarem com essa polarização”. Vale lembrar que esses indivíduos não necessitam ser estrangeiros, mas podem ser também nacionais, “[...] o importante a ser ressaltado é a filiação direta do que é chamado de colonialismo interno em relação à dependência externa”.

Pode-se dizer que “[...] um dos resultados das situações de desigualdade espacial é o desencadeamento de migrações intrarregionais, rural-urbanas e interurbanas.” (SANTOS, 1979, p. 237). As migrações devem ser vistas como uma expressão espacial dos mecanismos de modernização. Atualmente as facilidades de transporte impelem os migrantes potenciais para as cidades regionais onde o setor terciário é mais elástico e também para as grandes cidades. A modernização tecnológica e a revolução do consumo tendem a se concentrarem econômica e espacialmente, de forma que a migração de bens e de pessoas é uma das consequências.

Quando observadas as modernizações que hoje são objetivadas no território brasileiro percebe-se que elas estão profundamente inseridas numa lógica de *modernizações extrovertidas*. Isso significa que há a interferência de organizações externas que articulam seus interesses por meio de empréstimos, mecanismos de crédito, etc., que são acolhidos no território na forma de

uma materialidade seletivamente renovada, que possibilita, acima de tudo, a ampliação do consumo capitalista. Enfim, terminam por impor a forma como o território vai ser modernizado. A participação das organizações financeiras internacionais repercute no planejamento territorial do Estado, que passa a agir segundo interesses externos. Cabe ao Estado brasileiro investir “[...] para dotar certas partes do país das condições de circulação indicadas como indispensáveis para a chamada ‘abertura’ ao comércio externo.” (SANTOS, 2001, p. 261).

Podem ser observadas nos países de maiores extensões territoriais, como o Brasil, grandes disparidades regionais. Segundo Smith (1988):

A extensão geográfica da nação-Estado é restringida fundamentalmente pela necessidade de controlar um mercado suficientemente amplo (para o trabalho e para as mercadorias) a fim de fomentar a acumulação. No alto nível da escala, uma nação-Estado que seja grande demais encontra dificuldades em manter o controle político sobre todo seu território. (SMITH, 1988, p. 205).

Só por isso os processos criadores de mobilidade no Brasil são territorialmente seletivos.

No Brasil grande parte da mobilidade criada cumpriu a função de destinar a produção à exportação e ao comércio distante, os quais têm prioridade na alocação dos equipamentos. Isso é facilmente verificado nos sucessivos projetos, principalmente estatais, de modernização do território brasileiro. Assim, no território, observam-se áreas de maior densidade viária e infoviária a serviço de apenas parte da economia nacional (principalmente a de exportação e de comércio distante). As densidades criadas não se filiam ao tamanho e à densidade da população das áreas envolvidas; às antiguidades do povoamento, nem com as urgências locais; mas se orientam pelos nexos econômicos, sobretudo os da economia internacional. No território ocorrem, então, áreas que são mais densas em detrimento de outras menos densas. Comparativamente pode-se dizer que seriam espaços da rapidez:

[...] do ponto de vista material, os dotados de maior número de vias (e de vias com boa qualidade), de mais veículos privados (e de veículos mais modernos e velozes), de mais transportes públicos (com horários mais frequentes, convenientes e precisos e também mais baratos). (SANTOS, 2001, p. 263).


Do ponto de vista social, esses espaços da rapidez contêm ainda uma maior vida de relações (fruto de sua atividade econômica ou sociocultural, que destaca sua importância na divisão territorial do trabalho), uma maior variedade e densidade de consumos, além de serem zonas de passagem, ou seja,

respondem à necessidade de uma circulação cujo destino é mais longínquo, geralmente internacional.

No território a presença desigual dos macrossistemas de engenharia e das normatizações leva à conformação de *espaços do mandar* e do *obedecer* (SANTOS, 2001). Os primeiros são aqueles que ordenam a produção, o movimento e o pensamento do território como um todo, fazendo uso dos modernos padrões da informação, subjacentes à produção moderna.

A partir do *nexo informacional* se instala o *nexo circulacional*. Ao primeiro cabe maior poder regulador, e está instalado nos polos emissores, enquanto que o segundo, com menor poder regulador, instala-se nos polos receptores. A produção se realiza espalhada pelo território, mas “[...] tem seu motor primário ou secundário em outros pontos do território nacional ou mesmo do estrangeiro.” (SANTOS, 2001, p. 263).

Os espaços que acumulam maior densidade técnica e informacional são, assim, aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. São nesses lugares que os agentes hegemônicos (grandes empresas e firmas) procuram impor sua lógica mais profundamente, a qual transcende aos lugares em que se realiza, resultando em uma tendência a sua ingovernabilidade. Os espaços do mandar são movidos por agentes, entidades públicas e privadas, dotadas de poder regulatório, que, ao fazer uso de seu poder, terminam por gerar conflitos que repercutem sobre o território como um todo.



ORIGENS E NATUREZA DA GLOBALIZAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DAS MODERNIZAÇÕES SOCIOESPACIAIS

A globalização, embora seja um fenômeno recente, relacionado ao paradigma técnico fundado na cibernética, na robótica e nos meios de comunicação mais modernos, deve sua origem a um longo processo, de evolução da tecnologia e de seu uso, resultando em formas sociais específicas. Após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento técnico deu as condições para a criação de um conjunto de novos sistemas técnicos, que a partir da década de 1970, passam a permitir um conjunto de novas formas sociais e de uso do espaço. Um exemplo desses novos sistemas são os satélites, que deram suporte para a difusão mais rápida da informação na escala do planeta. Obviamente, do ponto de vista geográfico, tais novas possibilidades tecnológicas implicaram profundas transformações territoriais, que devem ser objeto de reflexão atenta, de modo a serem traduzidas as atuais formas de uso do território. Por outro lado, as formas mais modernas atribuídas à globalização não se instalam sobre um espaço “alisado”, sem história. Pelo contrário, há o encontro entre uma história local, à qual busca se superpor uma história “global”, mesmo que ela seja, na verdade, a história de alguns sujeitos, atores capazes de agir na escala do globo.

Em certo sentido, o significado comumente atribuído à globalização trata do encontro (e mesmo o intercruzamento) de distintas formas sociais construídas durante séculos, mas que, a partir das grandes navegações ocidentais, participaram do processo de construção do mundo ocidental, mesmo que nesse processo diversos grupos sociais tivessem participado de forma hegemônica, como no caso dos negros africanos e dos povos indígenas. O processo de criação cultural, político e geográfico legou um conjunto ímpar de variadas formas de viver, em todos os continentes (Europa, África e América Latina, principalmente), cujas bases materiais e imateriais devem sua razão de ser, em cada época histórica, ao contínuo progresso técnico e científico que se aprofundou após o renascimento, com o mercantilismo e, em seguida, em cada uma das etapas da revolução industrial.

O quadro a seguir, elaborado a partir das ideias de Santos (1979), traz uma proposta de divisão de períodos para o estudo geográfico da relação entre revoluções técnicas e modernizações, esboçada para entender o caso brasileiro.

QUADRO 5: TRÊS GRANDES PERÍODOS, PROPOSTOS POR MILTON SANTOS (1979)

Período	Características
I – Fim do Séc. XV e início do Séc. XVI, indo até a Revolução Industrial	<ul style="list-style-type: none"> - Revolução: Transportes Marítimos; - Modernização: Comercial; - Precede à Revolução Industrial; - Esboça-se uma divisão internacional do trabalho; - Saque sistemático das riquezas dos países colonizados; - Legislação metropolitana; - Cidades administrativas e comerciais.
II – Entre meados do Séc. XVIII e meados do Séc. XX (mas cujos efeitos se fazem sentir principalmente depois de 1870)	<ul style="list-style-type: none"> - Revolução: Industrial (antes de 1870) e de seus suportes (depois de 1870); - Modernização: Industrial; - Entre a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial; - As cidades se beneficiam com a modernização dos transportes; - As infraestruturas “[...] são o veículo do grande capital em formação nos países de centro e à procura de aplicação em outros lugares.” - Desenvolvimento “moderno” dos países subdesenvolvidos, ligado às necessidades dos países industriais (matérias-primas, víveres, etc.); - Neocolonialismo e Guerras.
III – Período atual, que se inicia depois da Segunda Guerra Mundial	<ul style="list-style-type: none"> - Revolução: Tecnológica; - Modernização: Tecnológica; - Sucede à Segunda Guerra Mundial; - Revolução do consumo; - O papel da guerra na industrialização de numerosos países subdesenvolvidos; - Economias de escala; - Mais recentemente: internacionalização da divisão do trabalho no plano da produção industrial.

FONTE: SANTOS (1979). ORG.: AUTORES (2015).

No quadro são apontadas transformações importantes para a compreensão de cada período, indicando as sucessivas etapas para entendermos a globalização. Por outro lado, apontar as origens e a natureza da globalização implica reconhecer a especificidade que esse fenômeno apresenta nos países cujas modernizações se dão reflexas às necessidades externas. Esse é o caso do Brasil pois, como apresentado neste livro, a história territorial brasileira aponta que a construção do espaço nacional refere-se a necessidades estabelecidas externamente, resultando em espaços derivados, cujas formas e funções atendiam aos interesses de mercados distantes, caso das sucessivas atividades econômicas desenvolvidas principalmente nos quatro primeiros séculos, com o fornecimento de matérias-primas ou produtos para a Europa. Mesmo quando se ensejou internamente a substituição de importações, mediante a criação de um mercado interno, este, mais uma vez, foi reflexo de interesses externos, que colocava a América Latina alinhada aos Estados Unidos e sua sociedade de consumo de massa.

Nesse sentido, a modernidade que passa a se dar, principalmente ao longo do século XX, é alinhada a políticas públicas que requereram a reorganização do território brasileiro, cujas marcas mais fortes se deram na acelerada urbanização e nas formas de produzir e viver no campo (modernização agrícola, especialização produtiva, ampliação das áreas de produção, êxodo rural, etc.) e na cidade (crescimento urbano, periferização, verticalização urbana, precarização, favelização, etc.).

FIGURA 17: O QUE CADA UM CONSUME NA SOCIEDADE GLOBALIZADA?



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://BLOGS.UNIGRANRIO.BR/FORMACA OGERAL/CHARGES](http://blogs.unigranrio.br/formacao geral/charges)>. ACESSO EM: 29 MAIO 2015.

Nesse sentido, Santos (1979) esclarece, primeiramente, a importância de entendermos as modernizações, pois estas levam em conta as implicações temporais da organização do espaço, além de possibilitar compreender o impacto dos sistemas históricos sobre a organização do espaço, da sociedade e da economia nos países subdesenvolvidos. Além disso, as sucessivas modernizações permitem datar os fenômenos, sua gênese, sua evolução e sua situação atual dentro de um sistema de conceitos, impondo maior rigor às análises dos referidos países. O sistema é por ele utilizado de modo a dar conta da realidade como um todo, pois o “[...] problema de uma sociedade econômica não pode ser estudado de um modo fragmentário. Ao lado dos aspectos da produção, é indispensável considerar e analisar os da distribuição e do consumo, assim como os do emprego, quer dizer, trata-se do sistema por inteiro.” (SANTOS, 1979, p. 42).

FIGURA 18: XÉROX DO PÃO.



FONTE: JURIJ KOSOBUKIN KIEV – UCRÂNIA. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/SALAODEHUMOR.PIRACICABA/PHOTOS/EXP.505488242846263.UNITARY/505487096179711/?TYPE=1.&THEATER](https://www.facebook.com/salaodehumor.piracicaba/photos/exp.505488242846263.unitary/505487096179711/?type=1.&theater)>. ACESSO EM: 01 JUN. 2015.

Segundo Santos (1979), cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Em cada período dar-se-á uma modernização, que corresponde à generalização de uma inovação advinda de um período imediatamente anterior. No entanto ocorrem centros de dispersão

dessa modernização, que a impõe aos subsistemas subordinados, de modo que ela se realiza em diferentes lugares, mas com as mesmas variáveis que a objetivara nos centros. Em escala mundial, podemos identificar uma sucessão de modernizações, que nos auxilia na compreensão dos impactos das forças de modernização e suas repercussões sociais, econômicas e políticas.

A história da elaboração dos “espaços derivados” é paralela à história das modernizações, cuja formação e transformação dependem do momento da intervenção das primeiras forças externas e dos impactos sucessivos de outras modernizações. Num primeiro impacto, o país, ou a região, é chamado a entrar no sistema mundial, e consecutivamente outras modernizações vêm somar novos dados de origem externa. A evolução de dado espaço se faz segundo a conjugação de forças externas, de centros distantes, e forças internas já existentes. Assim cada lugar ganha sua originalidade e o subdesenvolvimento, diversidade de condições.

FIGURA 19: EMPRESAS GLOBAIS



FONTE: DISPONÍVEL EM: < [HTTP://TBCPAROQUIA.BLOGSPOT.COM.BR/2014/03/COMUNICACAO-GLOBALIZADA-GLOBALIZACAO-DA.HTML](http://TBCPAROQUIA.BLOGSPOT.COM.BR/2014/03/COMUNICACAO-GLOBALIZADA-GLOBALIZACAO-DA.HTML)>. ACESSO EM: 01 JUN. 2015.

Voltando ao conteúdo do que seria a globalização, é comum os pensadores desse conceito identificá-lo como produtor de homogeneizações nas esferas da *Cultura*, compreendida a partir de padrões culturais ocidentais, focados na sociedade de massa, da *Política*, referida à ascensão do neoliberalismo econômico, e da *Economia*, envolta no surgimento de um mercado global. Embora tais fenômenos sejam em parte verdadeiros, há que se verificar a forma como cada um se materializa nas *formações socioespaciais* de cada país (SANTOS, 1977), o que implica levar em conta a dimensão espacial nas análises, ou seja, a esfera Espacial também é importante a fim de que se possa tornar inteligível o estudo da globalização.

Se por um lado é verdadeiro que o progresso das ciências e da técnica permitiu a criação de uma nova natureza, precisa, carregada de intencionalidades, há que se questionar o uso e o projeto desse progresso, afinal o progresso técnico por si só não garante progresso moral. O uso do conhecimento acumulado por poucos agentes sociais é notório, facilmente explicado com a informação produzida e difundida pelas empresas globais (patentes, controle de processos produtivos, imposição do uso de diferentes produtos de forma conjunta, interferências em políticas públicas a fim de valer interesses empresariais a despeito do interesse da maioria da população, etc.).

FIGURA 20: SAÚDE PÚBLICA?



AUTOR:FREDERICO OZANAN P. G. PEREIRA- CAMPINA GRANDE – PB. FONTE: DISPONÍVEL EM:<[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/SALAODEHUMOR.PIRACICABA](https://www.facebook.com/salaodehumor.piracicaba)>. ACESSO EM: 01 JUN. 2015.

Outro mito do atual período histórico é o imperativo da velocidade, baseada na ideia de que o planeta teria encolhido frente ao avanço tecnológico, permitindo o “aniquilamento” do espaço pelo tempo. Obviamente se trata de uma percepção imperfeita dos dados, afinal, mais uma vez, o uso das possibilidades técnicas hoje existentes deve presidir a interpretação do mundo. Embora hoje muito mais pessoas possam usar as formas mais modernas de se comunicar e circular pelo globo, não é menos correto que ainda se trata de uma minoria da população mundial, e, mesmo local e regionalmente, tais condições apresentam especificidades.

A velocidade marca, sem sombras de dúvidas, nosso atual período histórico. Os longos deslocamentos terrestres, marítimos e aéreos são a marca da sociedade do século XX, como muito bem relata o escritor de literatura Milan Kundera (1995):

A velocidade é a forma de êxtase que a revolução técnica deu de presente ao homem. Ao contrário do motociclista, quem corre a pé está sempre presente em seu corpo, forçado a pensar sempre em suas bolhas, em seu fôlego; quando corre, sente seu peso, sua idade, consciente mais do que nunca de si mesmo e do tempo de sua vida. Tudo muda quando o homem delega a uma máquina a faculdade de ser veloz: a partir de então, seu próprio corpo fica fora do jogo e ele se entrega a uma velocidade que é incorpórea, imaterial, velocidade pura, velocidade em si mesma, velocidade êxtase. (KUNDERA, A Lentidão, 1995, p.7-8).

No entanto, tal aceleração contemporânea (SANTOS, 1999) corresponde a uma parcela muito pequena da população mundial, o que reforça a ideia da segregação. “Viver sem fronteiras” é muito mais uma ideologia do que uma prática corrente. Exemplos disso são os muitos “muros” espalhados pelo mundo, exemplificados na fronteira entre México e Estados Unidos (figura 21), na Cidade de Ceuta (figura 22), no norte da África, e no muro da Cisjordânia (figura 23), impedindo que latinos, africanos e palestinos possam circular livremente. Por outro lado, muitas mercadorias saem dos países situados na América Latina, da mesma forma que muitos outros da África, em direção aos países do centro do sistema econômico mundial, reforçando, portanto, a condição de subalternidade que latinos e africanos têm diante do mundo. Verifica-se, então, que há impedimentos à circulação de pessoas no mundo, seja por sua religião, origem cultural, etc., forçando a que seja feita a reflexão sobre as limitações políticas e econômicas impostas a grupos sociais.

FIGURA 21: MURO DE DIVISÃO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O MÉXICO, REFORÇANDO A IDEIA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL ENTRE PAÍSES.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://UPLOAD.WIKIMEDIA.ORG/WIKIPEDIA/COMMONS/2/2D/ALGODONES_SAND-DUNE-FENCE.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2d/ALGODONES_SAND-DUNE-FENCE.JPG)>. ACESSO EM: 21MAIO 2015.

FIGURA 22- MURO CONSTRUÍDO NO NORTE DA ÁFRICA PARA IMPEDIR A ENTRADA DE AFRICANOS, VIA ESPANHA, NA EUROPA.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:SECURITY_FENCE_AND_SETTLEMENT.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Security_fence_and_settlement.jpg)>. ACESSO EM: 21 MAIO 2015.

FIGURA 23- MURO LOCALIZADO NA CISJORDÂNIA, SEPARANDO PALESTINOS E ISRAELENSES.



AUTOR: JACOB RASK FROM ALINGSAS, SWEDEN. FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTP://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:SECURITY_FENCE_AND_SETTLEMENT.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Security_fence_and_settlement.jpg)>. ACESSO EM: 21 MAIO 2015

FIGURA 24: TELEVISÃO: COMUNICAÇÃO OU CONTROLE?




FONTE: GILSON LUIZ HYPPOLITO (PIRACICABA – SP). DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/SALAODEHUMOR.PIRACICABA](https://www.facebook.com/salaodehumor.piracicaba)>. ACESSO EM: 01 JUN. 2015.

Segundo Neto (2001), o capitalismo globalizou mercados, mas não globalizou os direitos, ampliando a distância entre ricos e pobres. Sendo mais geral, acrescenta:

A globalização banaliza a história, banaliza a cultura de diversos povos, ela (a globalização) é impermeável, a ponto de substituir sem constrangimento a cultura nacional por uma garrafa de *coca-cola* e um *big-mac*... Não se trata aqui de negar a evolução e a própria globalização como fatos históricos relevantes, mas a consensual negação das tradições locais, regionais e nacionais dos valores enfim, não pode estar correta. Nossa história, nossa cultura, nossos sonhos não podem ser apenas referências bibliográficas nesse mundo que tende ao asséptico padrão ISO 9000 e tal... Não podemos deixar de refletir que há uma antinomia gritante entre o livre mercado e a democracia, e essa antinomia não poderá ser equilibrada pelo capitalismo. (NETO, 2001, p. 17).

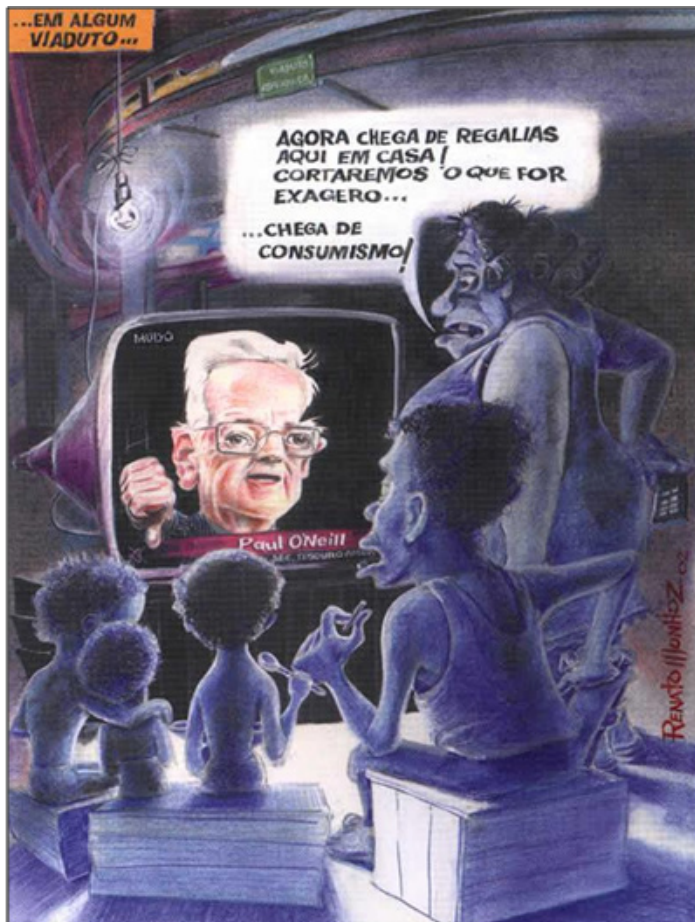
As dificuldades impostas pelos padrões culturais atingem toda a sociedade, criando um conjunto de novas necessidades, não poucas vezes sem filiação com as suas características culturais já consagradas. Os veículos de comunicação, bem como a propaganda, têm um papel fundamental na criação de tecnosfera que transforma os cidadãos em consumidores (SANTOS, 1987).



GLOBALIZAÇÃO: REVOLUÇÃO INFORMACIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO USO DO TERRITÓRIO

Santos (2011) enfatiza o papel que a informação tem para a sustentação da globalização. Hoje a produção do mundo é resultado do acúmulo de informação na constituição dos sistemas técnicos (telecomunicações, produção-transporte-distribuição de energia elétrica, telemática, transportes terrestres, hidroviários, ferroviários e aeroviários, entre muitos outros sistemas), mas também se encontra presente no uso desses sistemas. Para que eles funcionem foi necessária a montagem de um complexo sistema de comunicações, operando em tempo real, permitindo o que esse autor denomina de *convergência dos momentos*, resultado, ela mesma, da *unicidade técnica* planetária.

FIGURA 25: QUEM REALMENTE CONSOME?



FONTE:RENATO MUNHOZ(CAMPINAS – SP).DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/SALAODEHUMOR.PIRACICABA](https://www.facebook.com/salaodehumor.piracicaba)>. ACESSO EM: 01 JUN. 2015.

Os sistemas satelitários, que permitiram a constituição de um sistema de telecomunicações global, são usados com frequência para se referir à possibilidade de troca de informações entre diversos sujeitos em escala global. Mas cabe questionar quantas pessoas hoje no mundo têm acesso a isso, ao mesmo tempo em que se deve perceber como tal acesso afeta o conjunto dos sujeitos e dos lugares? Nesse sentido, será que efetivamente existe uma “aldeia global”? Seguramente, embora tenha sido ampliada a possibilidade de uso dos meios mais modernos de transporte e de comunicação, seu uso ainda é restrito a uma pequena parcela de pessoas, e mesmo os lugares visitados, os objetos consumidos, são sempre referidos no rol daqueles consagrados como necessários pela cultura de massa em escala global.

Mesmo o uso da internet dentro de cada país, ou da telefonia celular, seguem a lógica do interesse das grandes empresas, impedindo a real universalização de seu uso. Um exemplo de ação na escala do planeta dada

pelos atuais sistemas técnicos é o funcionamento das Bolsas de Valores pelo mundo, que permite aos agentes hegemônicos globais uma ação planetária “24 horas”, pois, enquanto uma bolsa encerra o dia, outra está abrindo. A definição dos preços das *commodities* de exportação é feita levando em consideração os interesses financeiros e de mercado em escala global, demonstrando o poder de *conhecimento do planeta* que os agentes globais hoje possuem, o que repercute em cada lugar onde são produzidos os itens exportáveis.

Outra metáfora comumente utilizada se refere à ideia de que a terra teria encolhido. Assim se refere a isso Lacoste (2004):

[...] essa ilusão de um encolhimento da superfície terrestre traduz em última análise o sentimento que, menos ou mais confusamente, milhões de homens e mulheres de todos os países experimentam hoje. Para muitos, essa maneira um pouco confusa de ver as coisas participa das diversas representações geopolíticas daquilo que é chamado globalização. (LACOSTE, 2004, p. 21).

Segundo Lacoste (2004), no que concerne ao estudo da globalização, há que se levar em conta as representações que cada sujeito faz daquilo que acontece na superfície do globo. No entanto, há de se notar que a produção centralizada da informação em poucas agências internacionais dificulta uma interpretação verdadeira daquilo que ocorre no mundo. Pelo contrário, a informação já vem “filtrada” segundo interesses que mais servem para confundir do que traduzir o que realmente ocorre no mundo. Outro aspecto que dificulta a formação de uma opinião ampla sobre os temas que ocorrem em escala global é o alinhamento de opiniões, que polariza em cantos opostos sujeitos e lugares, por exemplo, quando se trata do ocidente *versus* o oriente, os muçulmanos e mundo árabe, ou Israel e a Palestina. Poucas vezes as pessoas têm oportunidade de terem acesso a informações que qualifiquem o debate de forma ampla e generosa. Pelo contrário, as notícias já chegam interpretadas segundo um viés ideológico, segundo uma “linha editorial”, impedindo a construção de uma interpretação dos fatos a partir de uma verdadeira pluralidade de ideias.

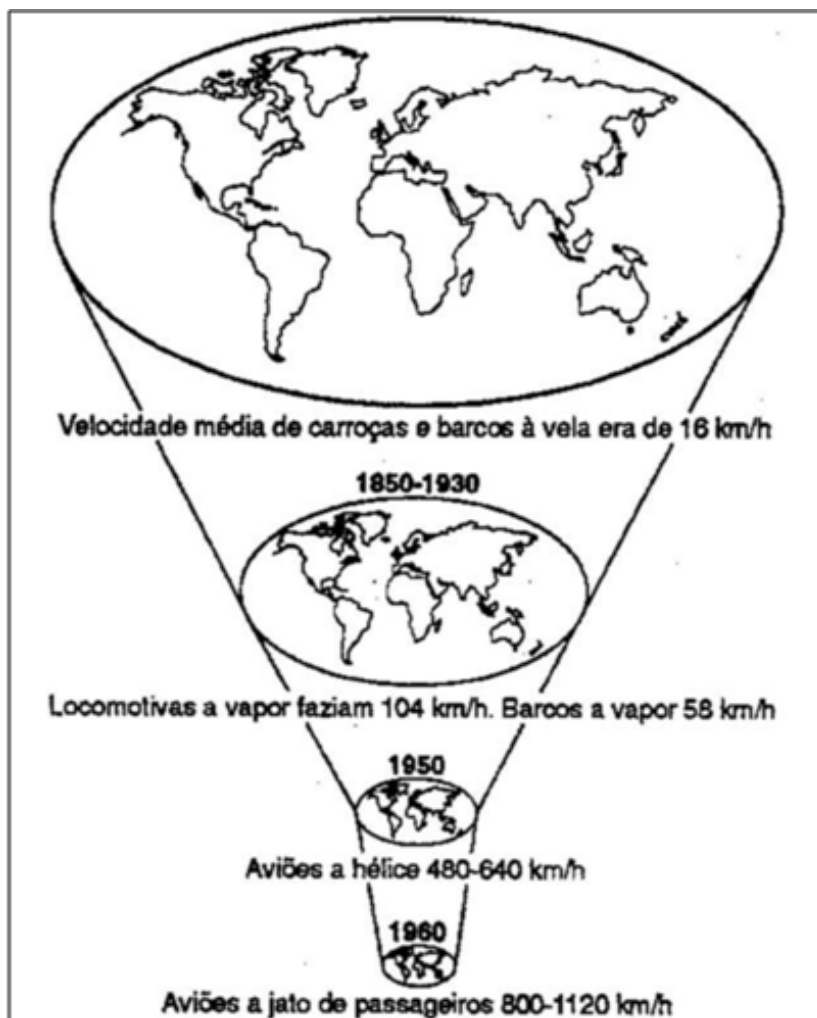
FIGURA 26: BATENTE



FONTE: GALHADO. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://AUTOGESTAOUFV.BLOGSPOT.COM.BR/2010_09_01_ARCHIVE.HTML](http://autogestaoUFV.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html)>. ACESSO EM: 01 JUN. 2015.

Nesse sentido, percebe-se hoje a força que têm os meios de comunicação de massa, produzindo e difundindo informações parciais que, sem a devida análise que permita articular as partes com o todo, pode literalmente conduzir a opinião pública no que concerne aos seus temores e opiniões (LACOSTE, 2004, p.21). Para esse autor, outros fatores são hoje facilmente percebidos, relativos às impressões midiáticas, dentre eles: o volume de negócios relacionados ao turismo, que leva um contingente muito expressivo de pessoas oriundas das classes médias para viagens aos mais diversos países; à concorrência entre canais de televisão, que apoiados no uso de satélites, mostram ao vivo eventos que ocorrem nos mais variados pontos do planeta; ao uso da internet e da telefonia celular. Conclui, exemplificando, assim o autor: “No dia do 11 de setembro de 2001, alertados pelas primeiras transmissões no rádio, milhões de europeus viram o segundo avião chocar-se contra a segunda torre do *World Trade Center*. Naquele momento o Atlântico não existia mais.” (LACOSTE, 2004, p. 22). É como se o planeta tivesse encolhido, mas há que se questionar sobre as possibilidades de uso efetivo desse progresso técnico para a maioria da população.

FIGURA 27: COMPRESSÃO ESPAÇO-TEMPO?



FONTE:DISPONÍVEL EM:<[HTTP://WWW.GEOGRAFIAPARATODOS.COM.BR/INDEX.PHP?PAG=CAPTULO_7_TRANSPORTE_E_TELECOMUNICACOES](http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=captulo_7_transporte_e_telecomunicacoes)>. ACESSO EM: 01 JUN. 2015.

Do ponto de vista geográfico, a comunicação entre distintos pontos da terra sempre foi algo fundamental para o funcionamento das relações entre os lugares. Transmitir uma informação e circular com materialidades sempre foi um desafio, que em cada época foi suprido pelos sistemas técnicos existentes. Daí que o mercantilismo criou a possibilidade de uma mundialização (novo e velho mundo), cuja ligação era marítima e imprimia um tempo, em função de uma dada configuração espacial. Para Le Goff (2004), o fenômeno da mundialização não data de agora, embora assuma recentemente novas feições. Ressalta esse autor que é necessário entender historicamente a mundialização atual, confrontados com o longo tempo e heranças advindas de outras mundializações. Diz ele:

De vários séculos para cá, a civilização atual vem herdando um certo número de elementos e experiências que marcam a mundialização de hoje. Se convém, como disse Yves Lacoste, situar a mundialização no espaço, também é preciso situá-la no tempo, na construção de uma evolução e de um futuro. Segundo creio, o que se destaca hoje no fenômeno da mundialização é o primado da esfera econômica. (LE GOFF, 2004, p. 24).

No caso do Brasil, as condições de seu território durante quase 450 anos foram um constrangimento à comunicação entre os lugares, apesar da toponímia e caminhos herdados dos grupos indígenas já aqui estabelecidos antes de 1500, pois fazer circular coisas e pessoas, bem como informar, implicava o desafio de enfrentar diferentes formações “naturais” (campos, florestas, cerrados, matas, rios, etc.), resultando em significativa dificuldade à unificação e formação do território, bem como sua ocupação e defesa.

A integração de mercados iniciada com o Estado Novo (1930), acelerada com a Era JK (1950-55) e durante o período militar (1964-85), dotou o território brasileiro das materialidades (sistemas viários terrestres, pela água e pelo ar) que permitiram a difusão mais rápida da informação, ao mesmo tempo em que pessoas e coisas (materialidades) passaram a circular em maior quantidade e mais rapidamente. De certa forma, a modernização vivida pelo Brasil pós Segunda Guerra Mundial também foi assistida em outras parcelas do globo, em outros países que também viram seu espaço ser reorganizado em função de novas etapas da expansão capitalista.

A população mundial também cresceu, principalmente após a segunda metade do século XX, resultado dos melhoramentos médico-sanitários, da maior urbanização, da redução da mortalidade e aumento da longevidade, que, embora desigual quando comparados Estados ricos e pobres, é uma verdade tanto para países centrais quanto da periferia do capitalismo global. No que se refere a esse aumento populacional, assim escreve Lacoste (2004), ressaltando isso como parte para a compreensão da globalização:

O número de seres humanos na superfície do globo quase triplicou desde o fim da Segunda Guerra Mundial, passando de dois bilhões e meio a seis bilhões (e a oito bilhões daqui vinte anos), concentrados em aglomerações gigantescas. [...] Evidentemente, a Terra não encolheu; continua com seus 40.000 quilômetros de circunferência, mas isso, visto de um satélite, é relativamente pouco. Sobretudo, pode-se dizer que, com seis bilhões de pessoas, ela está muito mais “cheia” do que antigamente e que, entre todos os países, se multiplicam intenções de todo tipo, tanto no plano econômico e financeiro quanto no político e científico. Isso não significa que tudo está uniformizado e que tudo será gerado em grande massa e grandes espaços. Muito pelo contrário. (LACOSTE, 2004, p. 22-23).

Lacoste (2004) ainda aponta a aceleração dos transportes aéreos e o discurso dos ecologistas (referentes a mudanças climáticas na escala do planeta), como elementos que contribuem para as transformações referidas à globalização. Ao mesmo tempo, o discurso de uma certa homogeneização cultural do globo é questionado pelo autor, que esclarece que homens e mulheres do globo continuam com sua vida cotidiana, em seu lugar de existência, mesmo que estejam hoje muito mais esclarecidos e percebam a rapidez das relações que são estabelecidas entre diferentes lugares do globo e que afetam esse mesmo cotidiano. Quanto às possibilidades do encontro de diferentes culturas, assim comenta:

[...] enquanto antigamente as pessoas de cada país se sentiam muito distantes da maior parte dos outros (salvo daqueles cuja agressão se podia temer), hoje a imagem de uma Terra superpovoada, onde múltiplas culturas se acotovelam nas zonas habitáveis, pode contribuir tanto para conflitos quanto para a solidariedade entre elas. (LACOSTE, 2004, p. 23).

Sem dúvidas, o tempo de deslocamento da informação e das pessoas diminuiu, resultado das transformações sociais e espaciais vivenciadas ao longo do século XX e ainda em expansão no século atual. Abre-se a possibilidade de uma maior relação entre as pessoas e as diferentes culturas hoje existentes, mas, ao mesmo tempo, crescem os sentimentos de aversão ao outro, ao estrangeiro, implicando, portanto, a dificuldade da criação de um verdadeiro encontro e formação de uma sociedade realmente “planetária”. Os xenofobismos, as perseguições a grupos étnicos, as barreiras a determinados grupos de imigrantes, entre outros exemplos, denotam a dificuldade de que isso ocorra em curto prazo. Então, como apontar que hoje há uma maior solidariedade entre os lugares, e, se ela existe, a quem ela interessa? Santos (1999) ressalta dois aspectos da solidariedade hoje presentes quando analisados os processos espaciais, uma solidariedade *orgânica*, outra *organizacional*. A solidariedade orgânica refere-se aos sujeitos encaixados em seu lugar, vivendo nele, tirando dele e tendo nele sua vida cotidiana, em relação de vizinhança e co-presença com outros sujeitos. Mesmo que em conflito, ainda há espaço para a política, para a prática do diálogo. Já a solidariedade organizacional refere-se ao poder das firmas e dos Estados de organizar o espaço nos lugares, que passam a ser um elo da trama de lugares organizados para um fim. Aqui a política se desloca dos sujeitos sociais e é praticada por instituições e organizações, não poucas vezes indiferentes aos lugares onde elas se instalam. Essa parece ser a solidariedade típica da atual globalização, cujo primado é o econômico.

Evidentemente, a globalização econômica hoje posta em prática traz tanto possibilidades quanto problemas. Em seu livro *Por uma outra Globalização*, Santos (2011) afirma que ela deve ser entendida a partir de três

perspectivas do mundo hoje: “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a *globalização como fábula*; o segundo seria o mundo tal como ele é: a *globalização como perversidade*; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: *uma outra globalização*.” (SANTOS, 2011, p. 11-14, grifo nosso). O quadro a seguir sintetiza as ideias do autor:

QUADRO 6: AS TRÊS GLOBALIZAÇÕES, SEGUNDO SANTOS (2011)

<p>Globalização como <i>Fábula</i></p>	<p>Conjunto de fantasias, repassadas principalmente pelos veículos de comunicação de massa, cuja repetição acaba convencendo.</p> <p>Exemplo citado pelo autor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aldeia global – “[...] para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir do mito do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaços contraídos. É como se o mundo agora estivesse, para todos, ao alcance da mão” (SANTOS, 2011, p.12); - Presença de um mercado avassalador capaz de homogeneizar o mundo, quando na verdade se aprofundam as diferenças locais; - Busca pela uniformidade e padronização, mas ao serviço dos atores hegemônicos, distanciando uma verdadeira união mundial; - Estímulo do culto ao consumo; - Morte do Estado (neoliberalismo, privatizações, etc.), embora vejamos seu fortalecimento para defender os interesses financeiros e das grandes empresas transnacionais; - Fim da ideologia, em nome da certeza que os processos da globalização são suficientemente bons.
<p>Globalização como <i>Perversidade</i></p>	<p>Para a maior parte da humanidade, a globalização se apresenta como uma fábrica de perversidades, entre elas cita o autor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desemprego crônico; - Aumento da pobreza e perda da qualidade de vida das classes médias; - Redução do salário médio; - Fome e desabrigo em grandes áreas do globo; - Novas enfermidades e retorno de antigas doenças; - Mortalidade infantil permanente, a despeito dos progressos médicos e da difusão da informação; - Precarização da educação; - Ampliação de males espirituais e morais (egoísmos, cinismos, corrupção, etc.); - “A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.” (SANTOS, 2011, p. 13).

<p>Uma <i>outra</i> Globalização</p>	<p>Uma outra globalização tem como foco ser mais humana, utilizando das mesmas bases materiais do atual período (a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta). Tais bases hoje estão a serviço dos grandes interesses mundiais, representados, fundamentalmente, por grandes empresas transnacionais. São necessários, portanto, outros fundamentos sociais e políticos. Segundo o autor, tais condições já são possibilidades desde o final do século XX, exemplificado tanto empiricamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Misturas culturais de todo tipo (povos, raças e culturas); - Encontro e “mistura” de diferentes filosofias, em detrimento do racionalismo europeu; - Aglomeração de pessoas, resultado da urbanização crescente, ampliando as misturas culturais; - Reinvenção da Cultura Popular, que usa ao seu modo os meios técnicos próprios a cultura de massa, recriando e pervertendo o sentido próprio de dominação desta (revanche/vingança); - Enfim, produção de uma sociodiversidade; <p>Do ponto de vista teórico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “[...] o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem.” (SANTOS, 2011, p. 14).
--------------------------------------	---

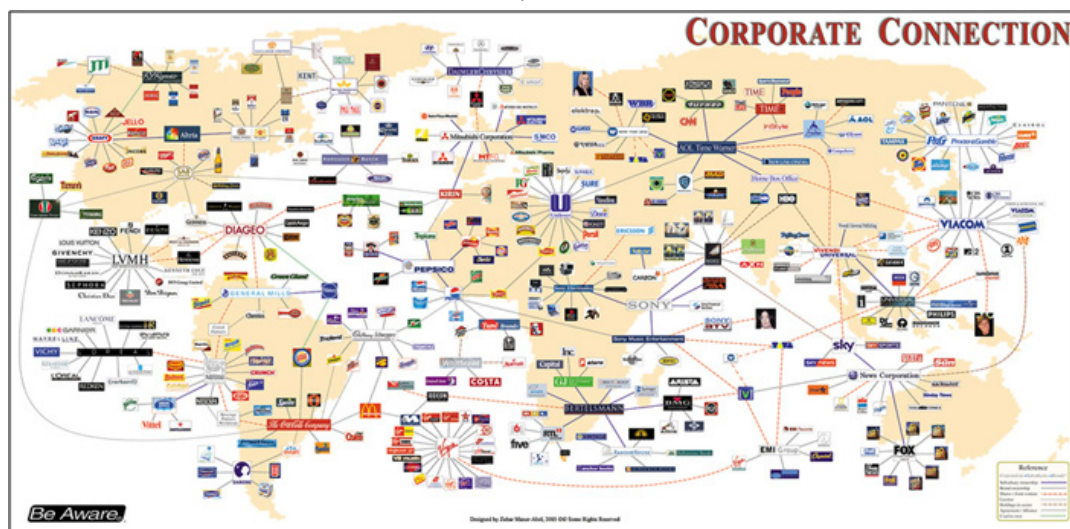
Fonte: Santos (2011). Org.: Autores (2015).

A produção da globalização, segundo Santos (2011, p. 16), foi assegurada pela unicidade técnica:

Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas. As técnicas características do nosso tempo, presentes que sejam em um só ponto do território, têm influência marcante sobre o restante do país, o que é bem diferente das situações anteriores. Por exemplo, a estrada de ferro instalada em regiões selecionadas, escolhidas estrategicamente, alcançava uma parte do país, mas não tinha influência direta determinante sobre o restante do território. Agora, não. A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros... (SANTOS, 2011, p. 17).

Por outro lado, segundo Santos (2011, p. 17) há o papel da política, pois o uso dos sistemas técnicos resulta das escolhas políticas, motivadas por interesses públicos (dos Estados), ou privados (das empresas).

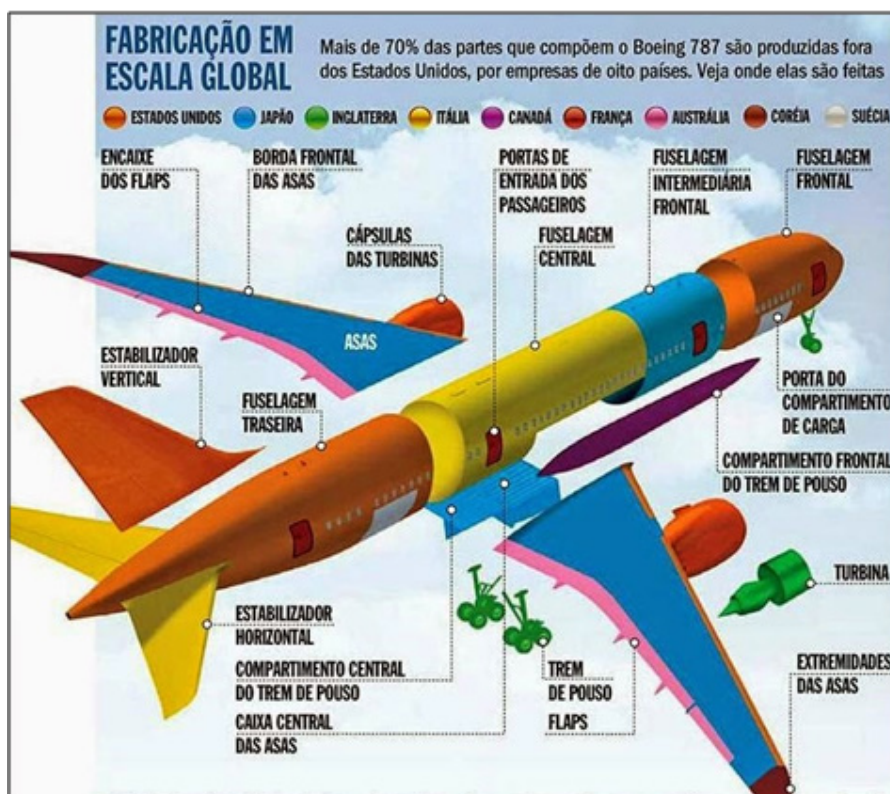
FIGURA 28: FABRICAÇÃO EM ESCALA GLOBAL.



FONTE: REVISTA VEJA, EDIÇÃO 2017, 18 DE JULHO DE 2007.

As técnicas atuais permitem a produção das partes de um dado produto naqueles lugares escolhidos pelos agentes globais, de modo que diferentes fábricas em distintos lugares do globo fracionam tecnicamente a produção, mas que é unificada do ponto de vista político, segundo os interesses desses mesmos agentes globais. Nesse sentido, o setor automobilístico se destaca, pois a produção para o caso brasileiro, antes concentrada na região do ABC paulista (nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano), gerou aquilo que ficou conhecido como economia de aglomeração, pois na mesma região em que se produziam automóveis (VW, Ford e GM), eram produzidas várias peças e componentes dos veículos (escapamentos, elementos da suspensão, entre outros). Após a década de 1990, com a abertura econômica (Neoliberal), houve a desverticalização da produção, com novas unidades de produção sendo implantadas em outros estados brasileiros, ao mesmo tempo em que se interiorizaram várias fábricas em outros pontos do Brasil, no mesmo contexto ainda em que empresas de outros países passaram a fornecer peças. Outro setor que ilustra bem a produção em escala global é o avião, com componentes produzidos em diferentes países.

FIGURA 29: CORPORATE CONNECTION.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.FLICKR.COM/PHOTOS/ZOHARMA/97214235/SIZES/L/](https://www.flickr.com/photos/zoharma/97214235/sizes/L/)>. ACESSO EM: 01 JUN. 2015.

Segundo Santos (1999) existem dois pontos de vista no que se refere ao choque entre uma modernização que se instala num dado lugar e as heranças deste. De um ponto de vista específico da técnica o que se busca é verificar resíduos do passado que são um obstáculo à difusão do novo, ou como pode ser encontrada uma forma de permitir ações simultâneas.

Hoje os territórios apresentam um conteúdo técnico muito maior. Esse processo se constitui na implantação ou modificação das formas constituintes do espaço geográfico, segundo o uso de grandes objetos técnicos capazes de permitir a fluidez, tanto material quanto imaterial. Se ao longo das últimas décadas verificou-se o aumento da importância das materialidades construídas sobre o espaço (sistemas de armazenamento, sistemas de transporte de todo tipo, fábricas e novas áreas de plantio com forte presença da ciência), também se verifica a importância do movimento, dos fluxos (inclusive financeiros), impondo aos lugares uma verdadeira vida de relações (SANTOS, 1999). Por isso que esse autor afirma que se vivencia hoje o tempo dos objetos:

É assim que o espaço está sempre mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, e em sua estrutura, em suas aparências e em suas

relações. A celeridade das mudanças deve-se, substancialmente, à multiplicidade de vetores que o percorrem, à rapidez de sua substituição, à novidade das forças que portam e à sua incidência sobre os objetos. Estes, mesmo recentes, são rapidamente trocados, revalorizados ou desvalorizados. (SANTOS, 1999, p. 170).

Os objetos são hoje capazes de influenciar e mesmo impor comportamentos, pois o seu caráter sistêmico permite somente funcionar quando obedecidas suas regras próprias pré-determinadas. Pensar o uso do território leva a que se observe a implantação de novas formas capazes de gerar funções que lhes são específicas. Essa implantação, que propicia que a ocupação se dê de modo especializado, inclui a substituição de funções já existentes por outras mais “funcionais” em termos capitalistas, que, criadas dentro dessa lógica, podem levar a uma *especialização dos lugares* (SANTOS, 1999):

As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias ao nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo e na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais. (SANTOS, 1999, p. 192).

Exemplos de especializações no Brasil não faltam, as áreas destinadas à produção de *commodities* para exportação, sejam as mais antigas ou as mais novas (fronteiras agrícolas) demonstram empiricamente os problemas da modernização sem uma verdadeira filiação com as necessidades do lugar. São geradoras de riqueza, mas que não permanecem no lugar, afinal a informação para a produção, que está também presente no insumo (sementes, certificações de qualidade, tipo de pesticidas, etc.), é fornecida “de fora”, segundo o interesse de grandes empresas globais. Os equipamentos utilizados (tratores de todo tipo) também são produzidos fora, ficando na região pouco da riqueza nela produzida. Ao mesmo tempo, há a criação de uma elite econômica, com grande poder aquisitivo, que também exerce seu papel de consumidor comprando fora da região de produção. Trata-se, a especialização produtiva, de uma forma espacial que exemplifica perfeitamente como a globalização econômica em curso é uma globalização perversa.

Para Santos (1999), hoje como:

[...] em todas as épocas, o novo não é difundido de maneira generalizada e total. Mas, os objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos. Por outro lado, sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço. É por isso que estamos considerando o

espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional. Quanto mais ‘tecnicamente’ contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são os responsáveis principais no atual processo de globalização. (SANTOS, 1999, p. 191).

Se antes os objetos eram pouco numerosos, guardavam filiação contígua com os lugares onde se davam e eram por eles subordinados, hoje convive-se, conforme Santos (1996, p. 171), “[...] junto com objetos técnicos, eles se apoderam do nosso cotidiano, mas com eles nossa interação é prática, mas não profunda. A ideia de alienação, já proposta por MARX, impõe-se com mais força, diante da relativa inabilidade de nossa oposição aos objetos atuais.”

Assim, hoje o conteúdo técnico do território ganha novo sentido pois as modernizações terminam por viabilizar que seja feito uso de *técnicas invasoras*, responsáveis pela organização de espaços de racionalidade rígida, movimentados para ações hegemônicas. Vale destacar que a escolha do sistema técnico não é exclusivamente uma decisão técnica. Diferente disso, a escolha dos sistemas técnicos que serão estendidos pelo território é acima de tudo política, ou seja, é também no interior dos conflitos sociais que está a decisão de quais sistemas técnicos e em quais condições serão objetivados sobre o território, reafirmado o primado político sobre o econômico.

REFERÊNCIAS

KUNDERA, Milan. **A Lentidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACOSTE, Yves. A terra encolheu? In: BARRET-DUCROQ, Françoise (org.). **Globalização para quem?** São Paulo: editor Futura, 2004.

LE GOFF, Jacques. As mundializações à luz da História. In: BARRET-DUCROQ, Françoise (org.). **Globalização para quem?** São Paulo: editor Futura, 2004.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009[1906].

MACÍEL NETO, Pedro Benedito. **GLOBALIZAÇÃO**: Reflexão sobre seus efeitos sociais, culturais, econômicos e jurídicos. Americana, SP: Caminho Editorial, 2001.

POLANYI, K., **A Grande Transformação**: as origens da nossa época., Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **AGB/Boletim Paulista de Geografia**, número 54, junho de 1977.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1987.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo; Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SMITH, N., (1988) **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VERAZANI, Katiane Soares. **Assenhorear-se das terras indígenas: Barueri – Sécs. XVI-XIX**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

